



Poder Legislativo

CASIMIRO DE ABREU

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA
MODALIDADE FROTA, COM COBERTURA
TOTAL PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS,
PERTENCENTES A CÂMARA MUNICIPAL DE
CASIMIRO DE ABREU/RJ.**

**SESSÃO DE ABERTURA
DIA 12 DE JANEIRO DE 2024, ÀS 14 HORAS**

**RETIRADA DE EDITAIS: PRAÇA FELICIANO SODRÉ, 384,
CENTRO – CASIMIRO DE ABREU-RJ, de 9:00h às 17:00h OU
PELO SITE: www.casimirodeabreu.rj.leg.br**



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

01 – PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMCA Nº 1.227/2023

DATA DA REALIZAÇÃO: 12/01/2024

HORÁRIO: 14H

LOCAL: NA SEDE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE: A DE MENOR PREÇO

JULGAMENTO: DAR-SE-Á EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL POR LOTE.

1.1 - **A CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, com sede na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, por intermédio de sua Comissão de Pregão da Câmara, designada pelas **Portarias nº 004/2023 e nº 044/2023**, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2023** destinada a selecionar a proposta mais vantajosa, sendo o seu julgamento mencionado acima, cujo objeto se descreve abaixo, com todo o processo sendo regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, sendo ainda de acordo com as condições, a seguir enunciadas, destinadas a selecionar a Proposta mais vantajosa.

1.2 - **O EDITAL DE LICITAÇÃO e seus ANEXOS**, será entregue aos interessados pelo Departamento de Licitações da Câmara Municipal, no endereço supracitado, no horário de 9h às 17h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados Nacional, Estadual e Municipal, munido do carimbo do CNPJ. O Edital e seus Anexos poderão também ser obtidos no site: www.casimirodeabreu.rj.leg.br.

1.3 - Aos interessados, caso deseje receber informações a respeito do andamento desta Licitação, favor encaminhar para o meio eletrônico no endereço: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br, Pregão Presencial n. 012/2023, a Razão Social, Endereço, Contato, Fone e e-mail.

02 – PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL, OS SEGUINTE ANEXOS:

- I** – Termo de Referência;
- II** – Planilha de Quantitativo e Preços Unitário e Global;
- III** – Minuta do Contrato (não preencher);
- IV** – Modelo de Carta de Credenciamento;
- V** – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- VI** – Modelo de Declaração de MEI, ME ou EPP;
- VII** – Formulário de Proposta de Preços;



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- VIII** - Modelo de Declaração de Cumprimento de Condições Estabelecidas pela CÂMARA e Aceitação de Todas as Condições do Edital;
- IX** - Modelo de Declaração de Cumprimento Pleno da Especificação do Item;
- X** - Modelo de Declaração de Superveniência de Fato Impeditivo da Habilitação;
- XI** - Modelo de Declaração de Menor Empregado;
- XII** - Termo de Autorização de Prestação de Serviços (não preencher);
- XIII** - Modelo de Declaração de Ausência de Vínculo com o Serviço Público;
- XIV** - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica;
- XV** - Modelo de Declaração pela opção de não realização de Vistoria Técnica.

03 – DO OBJETO

3.1 - **O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA MODALIDADE FROTA, COM COBERTURA TOTAL PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS, PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, COM DANOS MATERIAIS, DANOS CORPORAIS E MORAIS, MORTE E INVALIDEZ, EM DANOS AOS VIDROS, ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS) AOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, REBOQUE, COBERTURA A TERCEIROS, REBOQUE A TERCEIROS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, TAMBÉM AOS VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS À FROTA DA CONTRATANTE, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO,** conforme condições e especificações na íntegra, contidas no **ANEXO I** - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

3.2 - Justifica-se o agrupamento dos itens a serem contratados, pois é composto por itens que possuem mesma natureza e guardam relação direta entre si, não ocasionando assim restrições na concorrência, na medida em que as empresas pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, potenciais contratadas, possuem plena capacidade para realizar a execução total dos itens reunidos. Dessa forma, evitar que a adjudicação do objeto da licitação a um número grande de prestadores de serviços afete a eficiência das atividades administrativas desenvolvidas pela CÂMARA, por vezes comprometidas pelos eventuais descompassos na execução do serviço que resultam ainda em prejuízo a Administração.

04 – DATA E LOCAL DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A Sessão de Processamento do Pregão Presencial será realizada na Sede Administrativa da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, iniciando-se **no dia 12 de janeiro de 2024, às 14 horas.**

05 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - A despesa resultante deste Edital de Pregão correrá à conta da Previsão Orçamentária da CÂMARA para o Exercício de 2024, a saber: Programa de Trabalho 3.3.90.39.99.00.00.1001 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

06 – DOS PREÇOS ESTIMADOS

6.1 - **O PREÇO UNITÁRIO E GLOBAL ESTIMADO** para a contratação do objeto deste Pregão Presencial é de **R\$ 15.511,78 (Quinze mil quinhentos e onze reais e setenta e oito centavos)**, utilizando-se como limite, o descrito na tabela do **ANEXO II do Edital**. Estes preços foram apurados pelo Departamento de Suprimentos da CÂMARA, não podendo em nenhuma hipótese a contratação ultrapassar o valor máximo orçado unitário e global.



6.2 - Nos preços especificados na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários do **ANEXO II** do Edital já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações tributárias e trabalhistas e quaisquer despesas necessárias à execução do contrato.

6.3 - Por tratar-se de uma ESTIMATIVA, esse montante não poderá ser exigido, nem considerado como preço de pagamento mínimo, não se obrigando, assim, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** a utilizá-lo integralmente, e nem as quantidades indicadas no **ANEXO I** – Termo de Referência.

6.3.1 - Sendo certo que a efetiva contratação será em função da necessidade, que poderá ser reduzida ou aumentada, não estando a CONTRATANTE adstrita a qualquer consumo ou cota mínima.

6.3.2 - A quantidade estimada e a descrição do Objeto do Edital contemplam, também, os **veículos que vierem a ser incorporados à frota da contratante, durante a vigência contratual.**

07 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 - **Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem às exigências constantes deste Edital, e que:**

7.1.1 - Estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste Pregão Presencial, cuja comprovação se fará através do Contrato Social;

7.1.2 - Atendam aos requisitos mínimos de classificação das Propostas exigidos neste Edital;

7.1.3 - Comproven às exigências constantes deste Edital, inclusive os documentos necessários para o Credenciamento que confirme poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame;

7.1.4 - As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do certame e usufruir das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, aquelas empresas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no §4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e os Microempreendedores Individuais definidos na Lei Complementar nº 128/08.

7.1.4.1 - Entende-se por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do certame e usufruir das prerrogativas da LC 123/06, aquelas empresas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

7.1.4.2 - Entende-se por Microempreendedores Individuais aptos a participar do certame e usufruir das prerrogativas da LC 123/06 do presente certame aquelas empresas definidas na Lei Complementar 128/08.

7.1.4.3 - As Microempreendedoras Individuais (MEI`s), Microempresas (ME`s) e Empresas de Pequeno Porte (EPP`s), por ocasião da participação no certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

7.2 - **Não poderão participar neste Pregão às empresas que:**

7.2.1 - Concorratárias (recuperação judicial) ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;



7.2.2 - Em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

7.2.3 - Empresas ou sociedades estrangeiras;

7.2.4 - Empresa sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;

7.2.5 - Pessoas físicas ou jurídicas suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com a Administração Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;

7.2.6 - Pessoas físicas ou jurídicas impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

7.2.7 - Pessoas físicas ou jurídicas que estejam declaradas inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

7.2.8 - Pessoas físicas ou jurídicas, nas condições previstas no art. 9º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, com as ressalvas dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal;

7.2.9 - Pessoas físicas ou jurídicas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

7.2.10 - Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

08 – FORMAS DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO

8.1 - No dia, hora e local estabelecidos neste Edital, será realizada Sessão Pública para recebimento dos envelopes, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e comprovar a existência dos poderes necessários para a formulação de proposta e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

8.2- Os interessados em participar da presente Licitação deverão apresentar, no dia, horário e local mencionados neste Edital, na sessão do pregão, os documentos pertinentes ao **CRENCIAMENTO (Fora do Envelope nº 1 e nº 2)**, a sua **PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)**, e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2)**, em envelopes opacos, tamanho A4 ou ofício, separados, fechados (colados ou lacrados), rubricados, constando, em seus respectivos aversos, a razão social, CNPJ e o endereço da proponente, endereçados à CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, Departamento de Licitações, A/C do Pregoeiro, e da seguinte forma:

ENVELOPE nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/202_ _
NOME DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE (carimbo)

ENVELOPE nº 2 – HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº ___/202_ _
NOME DA LICITANTE
CNPJ DA LICITANTE (carimbo)

8.3 - Não será admitida a entrega de apenas 01 (um) envelope.



8.4 - **Todos os documentos de Credenciamento, Proposta de Preços e Habilitação**, apresentados pelas licitantes, deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente, também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, **o seu desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.**

8.5 - Em hipótese alguma o Pregoeiro receberá envelopes que não estejam lacrados ou que estejam apenas grampeados, sob pena de invalidação da Proposta. Fica proibido o fechamento de qualquer dos envelopes na sala de licitação, sob pena de exclusão de participação do certame.

8.6 - Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes no certame.

8.7 - O Pregoeiro declarará aberta a Sessão e receberá dos licitantes os documentos pertinentes ao **CRENCIAMENTO dos participantes**, e encerrada esta etapa, **não serão credenciados novos licitantes.**

8.8 - Após a fase do Credenciamento, o Pregoeiro receberá dos licitantes a **PROPOSTA DE PREÇOS (Envelope nº 1)**, e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Envelope nº 2)**.

8.9 - Após a entrega dos 02 (dois) envelopes pelas licitantes, não serão aceitos quaisquer adendos, acréscimos, supressões ou esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos, não podendo serem devolvidos após sua entrega.

8.10 - No caso excepcional de a Sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

9 – DO CREDENCIAMENTO

9.1 - O Credenciamento ocorrerá na mesma data, hora e local mencionados no item 4.1 deste Edital.

9.2 - A documentação referente ao Credenciamento deverá ser **apresentada fora dos envelopes nº 01 e 02**, para análise da Comissão de Pregão.

9.3 - Será admitido apenas 01 (um) Representante para cada Licitante Credenciada.

9.4 - É vedado a um mesmo Procurador ou Representante legal ou Credenciado representar mais de uma licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

9.5 - Os documentos solicitados para o Credenciamento deverão ser apresentados por processamento eletrônico (Internet), através de cópia autenticada por Cartório ou por funcionário integrante da Comissão de Pregão da **CÂMARA**, mediante a exibição do original ou sua publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos apresentados por processamento eletrônico (Internet) estão sujeitos ao exame e conferência de sua autenticidade pela Comissão.

9.6 - Para o **CRENCIAMENTO** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

9.6.1 - Em se tratando de REPRESENTANTE LEGAL, SÓCIO, PROPRIETÁRIO, DIRIGENTE OU ASSEMBLHADO DA EMPRESA LICITANTE:

a) Cópia e original do Documento da Cédula de Identidade ou de qualquer outro documento de identificação que contenha foto, devidamente inscrito no Órgão a que pertence;



b) Cópia e original do respectivo Estatuto Social/Contrato Social em vigor, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b.1) Em se tratando de Sociedade Comercial ou Sociedade por Ações, deve estar acompanhado de documento de eleição e de seus atuais administradores.

b.2) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

b.3) No caso de Sociedade Civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.4) Em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b.5) A ausência do documento arrolado na alínea "b", "b.1", "b.2", "b.3" e "b.4" **decairá o direito de participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documento obrigatório.**

9.6.2 - Em se tratando de PROCURADOR:

a) **Cópia e original do Documento da Cédula de Identidade** ou de qualquer outro documento de identificação que contenha foto, devidamente inscrito no Órgão a que pertence;

b) **Cópia e original do respectivo Estatuto Social/Contrato Social** em vigor, ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b.1) Em se tratando de Sociedade Comercial ou Sociedade por Ações, deve estar acompanhado de documento de eleição e de seus atuais administradores.

b.2) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

b.3) No caso de Sociedade Civil, o responsável deve apresentar a inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício.

b.4) Em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, deve ser apresentado o decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

b.5) A ausência do documento arrolado na alínea "b", "b.1", "b.2", "b.3" e "b.4" **decairá o direito de participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documento obrigatório.**

c) **Instrumento de Procuração pública ou particular** que comprove a outorga de poderes pelo representante legal da empresa, na forma da lei, do qual constem poderes específicos para formular lances verbais de preços, negociar preço, firmar declarações, assinar ata, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

c.1) **O Instrumento de Procuração, poderá ser substituído por Carta de Credenciamento nos termos do ANEXO IV**, na forma da lei, mantendo-se todas as prerrogativas dispostas junto ao item 9.6.

c.2) **A ausência do Instrumento de Procuração pública ou particular – alínea “c”, ou a ausência da Carta de Credenciamento – alínea “c.1”, não excluirá o licitante do certame, mas importará a preclusão do direito de formular lances na Sessão Pública, na renúncia ao direito de interposição de recursos e a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.**

9.6.3 – **CERTIDÃO DE NEGATIVA DE LICITANTES INIDÔNEOS**, expedida pelo Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://contas.tcu.gov.br>.

9.6.4 – **DETALHAMENTO DAS SANÇÕES VIGENTES - CADASTRO DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS – CEIS**, expedida pela Controladoria-Geral da União no endereço eletrônico <https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes>.

9.6.5 - O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar o solicitado **nos itens 9.6.3 e 9.6.4**, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for com efeito de positiva, o mesmo não poderá participar da fase posterior da licitação.

9.6.6 – MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL E MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE:

a) Para efeito de comprovação da qualidade de **Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP** deverão apresentar, **fora dos Envelopes nº 01 e 02, a DECLARAÇÃO** de enquadramento firmada pelo Representante Legal ou Procurador, **conforme ANEXO VI, JUNTAMENTE** com o Comprovante da **Consulta da Situação Cadastral da Empresa junto à Junta Comercial**, utilizando-se do NIRE (Número de Inscrição no Registro de Empresas), retirado no site da mesma, junto com os documentos para credenciamento.

b) Para efeito de comprovação da qualidade de **Microempreendedor Individual – MEI**, deverá apresentar, **fora dos Envelopes nº 01 e 02, a DECLARAÇÃO** de enquadramento firmada pelo Representante Legal ou Procurador, **conforme ANEXO VI, juntamente com o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI**.

9.7 - Na **ausência dos documentos solicitados no item 9.6.6 alíneas “a” e “b”** decairá o direito de participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documentos obrigatórios, pois o certame é exclusivo para MEI/ME/EPP.

9.8 - O licitante que, por inobservância, deixar de apresentar a **Consulta da Situação Cadastral da Empresa junto à Junta Comercial** para ME/EPP, e **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI** para MEI, poderá, a critério do Pregoeiro, ter o documento consultado junto ao órgão de registro através da internet no ato de Credenciamento e, se a consulta for positiva, o mesmo receberá o benefício previsto no item 9.6.4 alíneas “a” e “b” do Edital.

9.9 – A falsidade da DECLARAÇÃO de enquadramento, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, caracterizará crime de que trata o Artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do posicionamento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.

9.10 – O Credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais de preços, negociar preço, firmar declarações, assinar ata, bem como possa manifestar interesse recursal e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.



10 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – **A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação** de acordo com o **ANEXO V** deverá ser apresentada **fora dos Envelopes nº 01 e 02**, em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02, **junto com os documentos para credenciamento.**

10.1.1 – Será indispensável à apresentação da referida Declaração – **ANEXO V**, sob pena de **inaptidão para participar das fases seguintes do certame, por se tratar de documento obrigatório.**

11 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E OUTROS ANEXOS

11.1 – A Licitante deverá apresentar a **PROPOSTA DE PREÇOS – ANEXO VII** deste Edital, **dentro do Envelope nº 01**, sendo apresentada em 01 (uma) via impressa, redigida com clareza, **datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador devidamente habilitado**, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, salvo se, inequivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais proponentes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, contendo:

- a) Identificação Social, número do CNPJ, referência a esta Licitação, número de telefone, endereço completo, dados bancários;
- b) Descrição clara e detalhada dos itens cotados, de acordo com as especificações do Termo de Referência – **ANEXO I** do Edital e elaborada conforme a Proposta de Preços – **ANEXO VII**;
- c) Indicação do prazo de validade da PROPOSTA DE PREÇOS, não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma, no silêncio, considerar-se-á 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação;
- d) Especificações técnicas, marcas, modelo, quantidade, com preços unitários, por item, totais, e porcentagem, expressos em algarismo, e, preferencialmente, por extenso, sendo de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- e) Devendo ser cotado em Real (moeda nacional), e em Porcentagem com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ X,XX) (% X,XX) incluindo-se todos os custos de execução, dentre eles, os encargos sociais, impostos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeira, taxas, seguros, transportes e demais custos da execução do objeto desta Licitação.

11.2 – A Licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA CÂMARA E ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL**, dentro do Envelope nº 01, juntamente com a Proposta de Preços, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO VIII**, deste Edital.

11.3 – A Licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**, dentro do Envelope nº 01, juntamente com a Proposta de Preços, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo Representante Legal da Licitante ou Procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO IX**, deste Edital.



11.4 - As PROPOSTAS que atenderem aos requisitos deste Edital será verificada pelo Pregoeiro quanto a erros aritméticos, que, caso seja necessário, serão corrigidos da seguinte forma:

11.4.1 - se for constatada discrepância entre preços e porcentagem grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o preço e porcentagem por extenso;

11.4.2 - se for constatada discrepância entre o produto da multiplicação do preço unitário e/ou porcentagem pela quantidade correspondente, prevalecerá o preço unitário;

11.4.3 - se for constatado erro de adição, subtração, multiplicação ou divisão, será considerado o resultado corrigido;

11.4.4 - caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua PROPOSTA será desclassificada.

11.5 - A apresentação da PROPOSTA vinculará o seu autor a todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

12 – DA CLASSIFICAÇÃO, DESCLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 - Para julgamento e classificação das PROPOSTAS serão adotados o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, observado as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital. É vedada a aceitação de PROPOSTA **com preço superior ao fixado na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários - ANEXO II** deste Edital, sob pena de Desclassificação.

12.1.1 - O(s) item(ns) da Proposta de Preços, **ANEXO VII**, deste Edital, deverão ser respeitados o preço máximo estimado fixado na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários e Global - **ANEXO II** deste Edital, sob pena de **Desclassificação**.

12.2 - Após abertas as Propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade das mesmas, quanto ao objeto e preço, decidindo motivadamente a respeito.

12.3 - No tocante aos preços, as PROPOSTAS serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao preço total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do preço da proposta.

12.3.1 - Ocorrendo divergência entre o preço unitário e o preço total do lote, prevalecerá o valor do preço unitário.

12.4 - Será considerada **Desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS** que estiver em desacordo com o objeto e quaisquer das exigências do presente Edital e seus Anexos, que impuserem condições diferentes das dispostas nele ou que apresentem cotações para quantidades divergentes das especificadas, cujos preços sejam manifestamente excessivos ou inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado, cujo objeto não atenda as especificações, prazos e que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados e condições fixadas no Edital e seus Anexos.

12.5 - A Licitante que **não apresentar a Declaração de Cumprimento de Condições Estabelecidas pela Câmara e de Aceitação de Todas as Condições do Edital - ANEXO VIII**, será considerada **desclassificada a sua PROPOSTA**.

12.6 - A Licitante que **não apresentar a Declaração de Cumprimento Pleno da Especificação dos Itens - ANEXO IX**, será considerada **desclassificada a sua PROPOSTA**.



12.7 - Será considerada **Desclassificada a Proposta** que **contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pelo Pregoeiro.**

12.8 - Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo Pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais licitantes.

12.9 - Somente as licitantes com Propostas Classificadas participarão da fase de lances.

13 - DA SESSÃO DO PREGÃO E DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

13.1 - As PROPOSTAS classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) Seleção da **PROPOSTA de MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas sucessivas e inferiores em até 10% (dez por cento).

a.1) No caso de empate, serão admitidas todas as PROPOSTAS empatadas, independentemente do número de licitantes.

b) Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, o pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as três melhores propostas, além da licitante que tiver apresentado o **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE** na proposta escrita.

b.1) No caso de empate, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

13.2 - Não caberá desistência de PROPOSTA após a abertura do Envelope, e nem dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em Lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

13.3 - O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.

13.4 - O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da sessão.

13.5 - **Dos Lances:**

13.5.1 - Uma vez classificadas as PROPOSTAS o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes das propostas selecionadas, de forma seqüencial, a formular lances verbais, a **partir do autor da proposta classificada de maior preço** e os demais em ordem decrescente de preço.

13.5.2 - Caso duas ou mais PROPOSTAS escritas apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

13.5.3 - **Os lances deverão ser formulados em preços distintos e decrescentes, inferiores à proposta de Menor Preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do preço de redução mínima entre os lances incidirá sobre o MENOR PREÇO GLOBAL.**



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

13.5.3.1 - Não haverá limitação de quantidade de lances, poderão ser feitos quantos lances as licitantes julgarem necessários.

13.5.4 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das PROPOSTAS.

13.5.5 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de novos lances.

13.5.5.1 - Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO**.

13.5.6 - Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita, e o preço praticado no mercado, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente.

13.6- O Pregoeiro negociará diretamente com a licitante que apresentar a PROPOSTA com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

13.7 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

13.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas e negociações, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade daquela classificada provisoriamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

13.9 - Havendo apenas uma PROPOSTA, desde que atenda a todas as condições do Edital e estando o seu preço compatível com os praticados no mercado e com o preço estimado para a contratação, poderá ela ser aceita ou não, devendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante visando obter melhor preço.

13.10 - Caso o Pregoeiro entenda que o preço é **Inexequível**, fica estabelecido o prazo de **até 2 (dois) dias úteis**, para que o licitante demonstre a Exequibilidade do seu preço através de documentos comprobatórios. Se for confirmada a Inexequibilidade, o Pregoeiro convocará o próximo licitante melhor classificado obedecendo a ordem de classificação das ofertas até a apuração de uma que atenda as condições estabelecidas neste Edital.

13.10.1 - Para demonstração da Exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos: a) Planilha de Custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame pela Administração; e/ou b) Contratação em andamento com preços semelhantes.

13.11 - O licitante que ofertar preço considerado Inexequível pelo Pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua Exequibilidade, se sujeita às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, inclusive multa de até 20% (vinte por cento) sobre o preço da proposta originária, sem prejuízo de outras sanções como aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº. 8.666/93 além das demais cominações legais, observadas a ampla defesa e o contraditório.

13.12 - Sendo motivadamente aceitável o ITEM de MENOR PREÇO POR LOTE DA PROPOSTA classificada em primeiro lugar, será aberto o Envelope nº 02 contendo a documentação de HABILITAÇÃO da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação e verificado o atendimento as exigências habilitatórias previstas neste Edital.

13.13 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) Adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

13.14 - É facultada ao Pregoeiro ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste Edital e seus Anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da PROPOSTA.

13.15 - O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. **A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.**

13.16 - Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

13.17 - Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais:

13.17.1-Encerrada a etapa de lances, e visando atender os benefícios concedidos às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor, previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

13.17.1.1 - Antes da classificação definitiva de preços, o pregoeiro verificará se o menor preço alcançado foi ofertado por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, assim anteriormente qualificada. Em caso positivo, prosseguirá normalmente o procedimento, conforme dispõe o §2º do Artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006 que estabelece que a norma do Artigo 45 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor.

13.17.1.2 - Caso o preço vencedor não seja de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, o Pregoeiro verificará se ocorreu o empate previsto no Artigo 44, §2º da Lei Complementar nº 123/2006, isto é, se há preços ofertados por Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor até **5% superiores ao menor preço lançado.**

13.17.1.3 - Havendo empate ficto, a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, nos termos do disposto no Artigo 45, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, devendo o Pregoeiro conceder o prazo máximo de 05 minutos para tanto, sob pena de preclusão.

13.17.1.4 - O intervalo de empate é sempre entre as propostas de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor que ofertou o menor valor, mesmo que entre elas existem outros preços ofertados por Empresas Normais.

13.17.1.5 - Durante a sessão pública do pregão, caso a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, mais bem classificada, não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquela considerado vencedor do certame, ou não o faça no tempo apurado, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto do §2º do Artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

13.17.1.6 - Caso a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, mais bem classificada, que tenha se sagrado vencedora no preço, com o benefício do empate ficto do §2º do Artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, não seja ao final contratada, poderão ser convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma hipótese de empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

13.17.1.7 – Caso a Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor tenha se sagrado vencedora no preço, por ter sido desde logo a melhor classificada (§2º do Artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006), portanto sem o benefício do empate ficto do §2º do Artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, e ao final não seja contratada, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes, na ordem classificatória, para o prosseguimento do certame, todavia sem se aplicar o benefício de empate ficto, que não ocorre na hipótese.

13.17.1.8 – Caso não haja etapa de lances e haja empate real nas propostas escritas de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor e destas relações à proposta de menor valor, no intervalo de até 5% superior, o Pregoeiro realizará sorteio, não só para fins de classificação, mas também para fins de exercício do benefício do empate ficto.

13.17.1.9 – Caso uma Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor não preencha os requisitos para passar à fase de lances, não poderá invocar o benefício do empate ficto.

13.17.1.10 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á de forma prevista no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

13.17.1.11 – Prevalecendo o empate, entre as licitantes declaradas Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor, e/ou as demais empresas licitantes será realizado sorteio entre as licitantes empatadas para definir a ordem de classificação.

14 – DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO

14.1–Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação constante do Envelope nº 02 – **“Da Documentação da Habilitação”** da licitante detentora da Proposta de Menor Preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital.

14.2 - Para habilitar-se à presente licitação a interessada deverá apresentar os documentos **(todos do item 14), acionados no Envelope nº. 02 - “Da Documentação de Habilitação”, devidamente fechado e identificado.**

14.3–DOCUMENTOS REFERENTES À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;
- b) Registro no Registro Público de Empresas Mercantis, em se tratando de empresário individual ou sociedade empresária;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhados de suas últimas alterações ou documento consolidado, devidamente registrado no órgão competente;
- d) As Sociedades Anônimas deverão apresentar a cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;
- e) As demais sociedades deverão apresentar os documentos que indiquem os atuais responsáveis pela sua administração, salvo se já constarem no contrato social em vigor;



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

f) As empresas ou sociedades estrangeiras deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos, no que couber, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no país, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação;

g) Cópia da carteira de identidade do representante legal da empresa, se presente; do credenciado ou representante da licitante, quando ausente o representante legal.

14.3.1 – Caso os documentos relacionados no item 14.3, deste Edital, tenham sido juntados no momento do Credenciamento, e uma vez comprovados o referido Credenciamento, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 02 – DA HABILITAÇÃO.

14.4 – DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**, mediante apresentação de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, mediante apresentação do **Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro de Contribuintes do ICMS;**

c) Prova de Regularidade Fiscal perante a **FAZENDA NACIONAL**, mediante apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AO TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, e regularidade com as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN Nº 1.751, de 02/10/2014, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados;

d) Prova de Regularidade Fiscal perante a **FAZENDA ESTADUAL**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação da **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA ESTADUAL, ACOMPANHADA**, quando exigido, da **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVE DE DÉBITOS EM DÍVIDA ATIVA**, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado;

e) Prova de Regularidade Fiscal perante a **FAZENDA MUNICIPAL**, do domicílio ou sede do licitante, mediante a apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS OU CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS;**

e) Prova de Regularidade Fiscal perante o **FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante a apresentação do **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS - CRF**, expedida pela Caixa Econômica Federal – CEF.

14.4.1 - A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Pregão, constitui documento hábil para a comprovação da Regularidade Fiscal da licitante.

14.5 – DOCUMENTOS REFERENTES À REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de Regularidade Fiscal Trabalhista, mediante a apresentação de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, através da apresentação da **CERTIDÃO**



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS OU CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS COM EFEITO DE NEGATIVA, com base no art. 642 – A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 de 24 de agosto de 2011;

b) **DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XI**, deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 7º, Inciso XXXIII da CF.

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE ILÍCITOS TRABALHISTAS** praticados em face de trabalhadores menores, em obediência à Lei nº 9.854/99, que deverá ser emitida junto à Delegacia Regional do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro, **para as licitantes sediadas fora do Estado do Rio de Janeiro**, a certidão deverá ser emitida pelo órgão competente no Estado onde a firma tem sua sede ou a emissão da **DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO**, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XI**, deste Edital, em cumprimento ao disposto no art. 7º, Inciso XXXIII da CF.

14.5.1 - A Certidão Positiva com efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para este Pregão, constitui documento hábil para a comprovação da Regularidade Trabalhista da licitante.

14.6 - DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

a) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXPEDIDA PELO DISTRIBUIDOR DA SEDE DA PESSOA JURÍDICA**, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste edital, exceto quando dela constar o prazo de validade. **As licitantes sediadas em outras comarcas do Estado do Rio de Janeiro ou em outros Estados deverão apresentar, juntamente com a certidão negativa exigida, Certidão do Cartório Distribuidor, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências e concordatas.**

b) **BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL**, devidamente registrados, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, conforme disposto no artigo 31, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanço provisórios, exceto nos casos de empresas ou sociedades com início das suas atividades no mesmo exercício em que ocorrer o certame licitatório, podendo ser atualizados na forma prevista na legislação pertinente em vigor.

b.1) **As Demonstrações Contábeis e o Balanço Patrimonial** deverão estar acompanhados do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário do Exercício apresentado, devidamente **registrado na Junta Comercial ou no órgão competente, na forma da Lei.**

c) A Comprovação de boa situação financeira da Empresa será feita através do **CÁLCULO DE ÍNDICES CONTÁBEIS**, o qual deverá ser assinado por Profissional Habilitado pelo Conselho Regional de Contabilidade, sendo considerada inabilitada a Empresa que não obtiver Índice de Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral maiores ou iguais a 1,00 (um), considerando a complexidade e acuidade da execução do objeto a ser contratado tendo por objetivo a correta avaliação da situação financeira do licitante visando o devido cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

c.1) A boa situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices contábeis:



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

c.1.1) **ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE:**

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

c.1.2) **ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:**

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante (+) Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

c.1.3) **ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL:**

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante (+) Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

c.2) Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

c.2.1) Liquidez corrente = índice maior ou igual a 1,00

c.2.2) Liquidez geral = índice maior ou igual a 1,00

c.2.3) Solvência geral = índice maior ou igual a 1,00

d) O Microempreendedor Individual - MEI fica dispensado da apresentação dos documentos arrolados no item 14.6, "b", "b.1", "c", "c.1", "c.2", em razão do §2º do artigo 1.179 do Código Civil, do artigo 18-A, §1º, da LC N.º 123 e do artigo 31, inciso I da Lei n.º 8.666/93.

14.7- OUTRAS COMPROVAÇÕES QUE DEVERÃO ESTAR NO ENVELOPE "2" - DAS DECLARAÇÕES:

a) DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO X**, deste Edital.

b) DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO, que não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Casimiro de Abreu, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no Município de Casimiro de Abreu, que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme artigo 9º, da Lei nº 8.666/93, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XIII**, deste Edital.

c) DECLARAÇÃO DE VISTÓRIA TÉCNICA, caso a Empresa **opte** por realizar a vistoria deverá apresentar a Declaração de Vistoria Técnica, no dia do certame, dentro do envelope "2", informando que vistoriou os Veículos Oficiais, e tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do Serviço do Objeto Licitado, assim como das necessidades para sua execução, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XIV**, deste Edital.

c.1) A proponente, **AO SEU CRITÉRIO**, **poderá realizar a VISTORIA TÉCNICA, sendo facultado**. Caso a Empresa **opte** em realizar a Vistoria Técnica o agendamento deverá ser feito, por meio do telefone (22) 2778-2060 ou (22) 2778-2045, das 9:00 às 17:00 horas, e-mail transporte@casimirodeabreu.rj.leg.br, e no endereço Praça Feliciano Sodré - nº 384 - Centro - Casimiro de Abreu/RJ.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

c.2) Caso a Empresa **opte** em realizar A Vistoria Técnica, para conhecimento das condições dos Veículos Oficiais, deverá ser realizada **em dias úteis no endereço citado acima, pelo Representante Legal ou por Profissional Técnico credenciado por escrito pela empresa licitante**, estando munido de documento de identificação com foto e documento que o autorize a representar a empresa, sendo que não será permitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante, que será acompanhado por um Servidor designado pela Câmara Municipal, devendo a mesma ser realizada até o último dia útil anterior a data marcada para o recebimento dos envelopes do referido certame.

d) OU a apresentação da **DECLARAÇÃO FORMAL DE NÃO VISTORIA TÉCNICA** caso a Empresa opte por **não realizar a VISTORIA TÉCNICA**, deverá apresentar **DECLARAÇÃO FORMAL DE NÃO VISTORIA TÉCNICA**, no dia do certame dentro do envelope "2", informando que concordo com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência do presente Edital, e que ainda assume total responsabilidade pela não realização da vistoria e que não utilizará desta prerrogativa para quaisquer questionamentos futuros, que ensejem avanços técnicos ou financeiros que venham a onerar a Administração, elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante ou procurador devidamente habilitado, conforme **ANEXO XV**, deste Edital.

14.8- OUTRAS COMPROVAÇÕES QUE DEVERÃO ESTAR NO ENVELOPE "2" - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) A proponente deverá apresentar **01 (um), ou mais, ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA** atestando bom desempenho anterior, em contrato da mesma natureza do objeto, de complexidade operacional igual ou superior, fornecido, por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, em papel timbrado, comprovando que a empresa tenha executado serviços com características compatíveis com o objeto deste Edital.

14.8.1 - Havendo dúvidas fundadas do Pregoeiro em relação aos Atestados de Capacidade Técnica apresentados, poderá exigir documentos que comprovem a contratação indicada, sob pena de inabilitação do licitante.

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE PERANTE A SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP), atestando a regularidade da licitante para operar no mercado segurador brasileiro no ramo de seguro de veículos automotores.

b.1) A necessidade de apresentação da Certidão visa demonstrar que as licitantes estão autorizadas pelo Órgão Regulador, a comercializar o objeto almejado na licitação. A finalidade é resguardar o interesse da Administração, procurando-se, com a exigência de demonstração da Certidão, primar pela legalidade de operação em atividade regulada e preservar a competição entre todos aqueles que reúnem condições de comercializar o objeto licitado.

14.9 - Os documentos relativos à Regularidade Fiscal, Trabalhista e Documentos Complementares deverão ter sido expedidos há menos de **90 (noventa)** dias da data de realização da licitação, **quando não apresentarem prazo de validade impresso.**

15 – DO EXAME E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

15.1 - Os documentos solicitados no Envelope nº 02 – Da Habilitação deverão ser apresentados por processamento eletrônico (Internet) ou através de cópia autenticada por Cartório ou por funcionário integrante da Comissão de Pregão da **CÂMARA**, mediante a exibição do original ou sua



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

publicação em órgão de imprensa oficial. Os documentos apresentados por processamento eletrônico (Internet) estão sujeitos ao exame e conferência de sua autenticidade pela Comissão.

15.2 - Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, exigidos nesta licitação, que deverão estar em plena validade e autenticadas por cartório competente ou por funcionário integrante da Comissão de Pregão da CÂMARA mediante apresentação do original ou publicação em órgão da Imprensa Oficial. Os que forem de emissão da própria proponente deverão ser datilografados ou impressos em papel timbrado da licitante, registrar o número desta licitação e estar datados e assinados por seu representante legal ou preposto legalmente estabelecido.

15.2.1 - Documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

15.3 - Não serão aceitos pelo Pregoeiro "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

15.4 - Aberto o envelope da HABILITAÇÃO, os documentos nele constantes serão rubricados pelos membros da Comissão que, em seguida, os oferecerá ao exame e à rubrica dos representantes dos demais licitantes presentes no ato.

15.5 - A Comissão, então, verificará a documentação apresentada e determinará se estão presentes todas as peças exigidas neste Edital, reservando-se no direito de verificar, na fonte emissora, a autenticidade dos documentos apresentados na HABILITAÇÃO.

15.6 - A falta de qualquer documento exigido, **em todo o item 14 - "DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO" - deste Edital**, ou sua apresentação com irregularidade, e/ou em desconformidade com o Edital, e as exigências descritas nos itens 15.1 e 15.2, implicará a **INABILITAÇÃO** da licitante.

15.7 - Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, será inabilitada e o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da PROPOSTA ou o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela Adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

15.8 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

15.8.1 - As microempreendedoras individuais (MEI's), microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), por ocasião da participação no certame, **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de Regularidade Fiscal e Trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**

15.8.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista para as ME's, EPP's e MEI's, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do Artigo 43 § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014.

15.8.2.1 - A prorrogação do prazo para a Regularização Fiscal e Trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.

15.8.3 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 15.8.2, implicará decadência de direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, **sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes**, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



15.9 - É facultada ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, bem como para fins de habilitação, a verificação das informações, solicitar os originais dos documentos, e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo.

15.9.1 - A possibilidade de consulta prevista no caput não constitui direito da licitante e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

15.10 - Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) declarada(s) vencedora(s), sendo-lhe(s) Adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

15.11 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a formalização do contrato com a adjudicatária, sendo assegurado o prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos para a retirada do mesmo, sob pena de destruição.

15.12 - O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. **A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.**

15.13 - Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá reagendar uma nova data para a continuação do certame.

16 – DOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

16.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas razões, desde que munido de carta de credenciamento ou procuração com poderes específicos para tal. As licitantes poderão interpor as razões do recurso **no prazo único de 03 (três) dias úteis**, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar **contrarrrazões por igual prazo**, que começará a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

16.2 - A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, pelo Pregoeiro.

16.3- O(s) recurso(s) e a(s) contrarrrazão(ões) interposto(s) pela(s) licitante(s) deverá(ão) ser entregue(s) no Setor de Protocolo da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, localizado na Sede Câmara Municipal, na Praça Feliciano Sodré, nº 384 - Centro, Casimiro de Abreu, RJ, das 9h às 17h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

16.4 - O(s) recurso(s) e a(s) contrarrrazão(ões) será dirigida(s) a **Autoridade Superior da CÂMARA**, que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, decidirá de forma fundamentada. Inicialmente, de modo interno, o(s) recurso(s) será(ão) encaminhado(s), para manifestação motivada, **ao Pregoeiro** que reconsiderando ou não a sua decisão, o(s) encaminhará devidamente informado(s), **a Procuradoria Jurídica da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**.

16.5 - O acolhimento do(s) recurso(s) importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



16.6 - A ausência da comprovação de legitimidade para a interposição do recurso importará no desprovidimento do mesmo, podendo a Administração Pública conhecer as razões recursais, mesmo diante do desprovidimento.

16.7 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Superior da **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** adjudicará o objeto e homologará a licitação, caso não seja necessário o retorno da licitação à fase de lances.

17 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 - Será lavrada ata circunstanciada da Sessão Pública do Pregão com o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, dos preços ofertados, da análise dos documentos de habilitação e dos recursos interpostos além de outros registros pertinentes.

17.2 - O procedimento de **ADJUDICAÇÃO** é atribuição do **Pregoeiro**, se não houver recurso, ou, havendo, da **Autoridade Superior da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, que também procederá à **HOMOLOGAÇÃO** do certame.

18 – DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

18.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante **Contrato**, a ser firmado com o licitante vencedor, e suas condições são as estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e nos demais Anexos, além de outras fixadas na proposta do vencedor e necessárias à fiel execução do objeto licitado.

18.2 - Nos termos do art. 62 da Lei nº 8.666/93, o presente Edital, o Termo de Referência e demais Anexos e a Proposta do Adjudicatário será parte integrante do instrumento de Contrato.

18.3 - Após a Homologação da Licitação, pela Autoridade Competente, a licitante vencedora será convocada, para, dentro de **02 (dois) dias úteis**, assinar o **Contrato**, pelo qual se obrigará ao fiel cumprimento de sua proposta, das demais disposições desta licitação e da legislação vigente.

18.4 - O prazo estabelecido no documento da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado expressamente pela parte durante o seu transcurso e se acolhidas pela Administração as justificativas apresentadas.

18.5 - A convocação a que se refere o subitem 18.3 do Edital far-se-á através de meio eletrônico ou ofício endereçado diretamente à licitante vencedora, dentro do prazo de validade de sua Proposta.

18.6 - Se o Prestador de Serviços vencedor não assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido na convocação, decairá o seu direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal 8.666/93 de 21.06.1993 bem como do art. 7º da Lei Federal 10.520/02.

18.7 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, podendo negociar com o proponente para que seja obtido percentual de desconto melhor.

18.8 - Para instruir a formalização do Contrato ou instrumento equivalente, a Contratada deverá providenciar e encaminhar à CÂMARA, dentro prazo da convocação, as seguintes certidões:



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

18.8.1 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

18.8.2 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

18.8.3 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

18.8.4 – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

18.8.5 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

18.9 - A contratada deverá manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.10 - Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

18.11 - O Prazo da Vigência do Contrato da Prestação de Serviços do Objeto previsto no Edital tem como termo *a quo* a vigência da data de sua assinatura e encerrando-se no período de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, observando o disposto no Inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

18.12 - O prazo de vigência do presente contrato poderá, a critério da **CÂMARA**, ser alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto do contrato observando o disposto do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

18.13 - A critério da CÂMARA e em função das suas necessidades, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993.

18.14 - No contrato a ser assinado com o vencedor, constarão as cláusulas necessárias do art. 55 e a possibilidade de rescisão, na forma dos artigos 77 a 79, todos da Lei n.º 8.666/93, conforme consta na minuta de contrato, constante no **ANEXO III**, deste edital.

18.15 - A contratação decorrente desta licitação poderá ser rescindida, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que a contratada, por isso, tenha direito a qualquer reclamação ou indenização, salvo o executado até o momento da rescisão.

18.16 - A rescisão contratual provocada pela inadimplência da contratada acarretará aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal.

18.17- O Objeto do Contrato deve ser prestado diretamente pela Contratada não podendo ser Transferido Parcial ou Total, Sub-Empreitados, Sub-Locados, Cedidos ou Subcontratados, salvos a excepcionalidade e manifestação expressa de autorização da Câmara Municipal.

18.18 - A contratada não poderá, em hipótese alguma, caucionar ou utilizar o instrumento firmado com a Câmara para qualquer operação financeira.

18.19 - As Obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência - **ANEXO I** deste Edital.



19 – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

19.1 – Os preços apresentados na(s) Proposta(s) da(s) Empresa(s) vencedora(s), objeto do Contrato, permanecerão **irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano**. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados de acordo com **índices oficiais autorizados pelo órgão regulador**, obedecendo a legislação em vigor, e em especial ao disposto na lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respeitando a Dotação Orçamentária e aplicando-se no que couber a Lei de Responsabilidade Fiscal.

19.2 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei de Licitação, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o prestador de serviço contratado em hipótese alguma poderá paralisar a execução da prestação dos serviços.

20 – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO

20.1 - A CÂMARA fiscalizará a execução do contrato, em todas as suas fases, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar o trabalho de equipe encarregada pela fiscalização, prestando-lhe informações ou esclarecimentos que se fizerem necessários e ainda atendendo as suas solicitações e determinações desde que não sejam conflitantes com o estabelecido no contrato.

20.2 – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CÂMARA ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CÂMARA ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a CÂMARA dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

20.3 - A CÂMARA se reserva o direito de recusar toda e qualquer execução de serviços que não atenda às especificações deste Termo de Referência ou do Edital.

20.4 – A fiscalização do Contrato caberá ao Responsável do Setor de Transporte, pelo Servidor _____, mat. nº _____, que fiscalizará observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas como prevê o Artigo 67, da Lei 8.666/93, entre outras providências:

- a) Sustar, no todo ou em parte, a Prestação de Serviço do Objeto, sempre que a medida for considerada necessária;
- b) Recusar qualquer serviço que não atenda às especificações contidas no Contrato;
- c) Solicitar a imediata substituição dos itens do objeto que não se apresentarem em boas condições ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

20.5 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá de imediato comunicar por escrito ao Gabinete da Presidência, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.



20.6 – Serão atividades inerentes à Gestão e Fiscalização do Contrato:

- a) Manter sob sua guarda o processo de contratação, durante toda a vigência do contrato, observando e controlando o prazo de sua vigência;
- b) Providenciar solução junto à CONTRATADA de quaisquer ocorrências, irregularidades ou descumprimentos contratuais;
- c) Propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela CONTRATADA;
- d) Apresentar, quando solicitado pela Autoridade Superior, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução contratual;
- e) Manter controle adequado e efetivo do presente contrato sob sua gestão, do qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual;
- f) Propor medidas que melhorem à execução do contrato;
- g) Acompanhar e fiscalizar os serviços e dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação dos mesmos e de tudo dar ciência à CONTRATADA, para a fiel execução do objeto durante toda a vigência do Contrato;
- h) Sustar, recusar, mandar refazer quaisquer serviços e/ou equipamentos, que estejam em desacordo com as constantes do Termo de Referência, determinando para a correção de possíveis falhas ou substituições do objeto em desconformidade com o solicitado;
- i) Receber, conferir e atestar a Nota Fiscal Eletrônica enviada pela CONTRATADA;
- j) Encaminhar para autorização do Ordenador de Despesa e posterior liquidação e pagamento.

21 – DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DO OBJETO

21.1 – As condições para o prazo de execução da Prestação de Serviços do Objeto deste Edital são as estabelecidas no Termo de Referência – **ANEXO I** deste Edital.

22 – DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

22.1 – As condições para a execução do serviço e a fiscalização do Objeto deste Edital são as estabelecidas no Termo de Referência – **ANEXO I** deste Edital.

23 – DA FORMA DE PAGAMENTO

23.1 – Homologada a licitação pela Autoridade Competente e ocorrendo a assinatura da Ata de Registro de Preços e Contrato ou documento equivalente, a Câmara emitirá a **Nota de Empenho** para o proponente vencedor visando o fornecimento dos bens contratados/prestação dos serviços contratados, desta licitação, de acordo com a Proposta da empresa vencedora e Preços Registrados na Ata, correspondente ao resultado referencial total do(s) item(ns) apresentado(s) quando da participação no procedimento licitatório originário.

23.2– A CONTRATADA deverá apresentar **requerimento de solicitação de pagamento** de acordo com o fornecimento/execução do serviço evidenciado no Termo de Autorização de Fornecimento/Prestação de Serviço, **ANEXO XIV do Edital**, discriminando os itens licitados com as devidas especificações, marcas, quantidades, o preço unitário de acordo com a Proposta Vencedora e Preços Registrados na Ata e seu valor total, e posterior apresentação da **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, sendo encaminhada para o pagamento, a(s) qual(is) será(ão) **conferida(s) e atestada(s) por 2 (dois) servidores competentes**.



23.3 – As Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e, Faturas ou outros documentos de cobrança, deverão conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

23.4 – As retenções mencionadas no item anterior serão recolhidas no momento do pagamento das Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e, Faturas ou outros documentos de cobrança, após serem atestadas e liquidadas, aos cofres municipais nos termos da lei.

23.5 – O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

23.5.1 - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidades, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;

23.5.2 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

23.5.3 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

23.5.4 – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;

23.5.5 – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

23.5.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

23.6 - A Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, expedida por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, exigível para a efetuação do pagamento, constitui documento hábil para a comprovação da Regularidade Fiscal da licitante.

23.7 – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

23.8 – Caso haja erro na Nota Fiscal Eletrônica, recusa do produto/execução do serviço ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será susinado até o saneamento das pendências, sem que isso caracterize atraso no pagamento da Nota Fiscal Eletrônica pela CONTRATANTE.

23.9 – Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

23.10 - Pela perfeita e completa execução do objeto do respectivo Contrato, a CÂMARA procederá com o pagamento **única e exclusivamente** através de ordem bancária depositada em Conta Corrente da CONTRATADA, quando pessoa jurídica pela modalidade online, devendo a empresa indicar o Banco, a Agência bancária e o número da Conta Corrente para o referido pagamento, salientando que as despesas relativas a tarifas bancárias serão descontadas do preço a ser pago para posterior repasse à instituição financeira.

23.11 - O prazo para a efetivação do pagamento, desde que não haja fator impeditivo provocado pela licitante, será de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento definitivo do objeto (art. 73, II, alínea "b" da Lei nº 8.666/93).

23.12 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer documento fiscal por culpa da CONTRATADA, para que a Tesouraria efetue o pagamento, será suspensa a contagem do prazo, devendo este ser retomado pelo restante do prazo, iniciando-se novamente sua contagem a partir da data da apresentação do respectivo documento fiscal, escoimada dos problemas que levaram a sua suspensão.



24 – DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 13.709/2018 (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS – LGPD)

24.1 - É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

24.2 - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, especialmente os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

24.3 - As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Federal nº 13.709/2018.

24.4 - Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709/2018, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial e cópia do documento de identificação.

24.5 - A DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Federal nº 13.709/2018 e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

25 – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

25.1 - Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da Lei Civil, a **CÂMARA** poderá impor à **CONTRATADA**, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento, as seguintes sanções:

25.1.1 - Advertência (art. 87, Inciso I da Lei 8.666/93);

25.1.2 - Multa de mora de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado (Artigo 86 da Lei 8.666/93), aplicado sobre o preço do objeto contratado, a juízo da Administração até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o preço total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei n.º 8.666/93.

25.1.3 - Multa Administrativa de até 10% (dez por cento) sobre o preço total da contratação, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

25.1.4 - Pela inobservância das especificações ou pela prática de irregularidades ou omissões na execução da entrega do objeto do presente instrumento a multa será de 10% (dez por cento), sobre valor do contrato.

25.1.5 - Outras faltas cometidas pela **CONTRATADA**, sem que seja prevista penalidade para o caso, a multa será de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato por infração.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

25.1.6 -As multas impostas à **CONTRATADA** em decorrência desse Contrato serão solvidas por ela na ocasião do pagamento.

25.2 - As Multas Moratórias e Administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a CÂMARA rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

25.3 - As Multas Administrativas e Moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à **CONTRATADA** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

25.4 - A aplicação de Multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.5 - A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato no prazo determinado, ou retirar a nota de empenho e seu anexo, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, ou descumprir o prazo previsto para a mesma, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

25.5.1 - Configurada quaisquer das hipóteses do item anterior, o licitante estará sujeito à multa de até 20% (vinte por cento) do valor da sua proposta originária.

25.6 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública (art. 87, Inciso IV da Lei 8.666/93), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade Competente que aplicou a penalidade.

25.7 - A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa.

25.8 - À **CONTRATADA**, assiste o direito de solicitar reconsideração por escrito a Câmara, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da notificação recebida, que será decidida pela Autoridade Competente em 5 (cinco) dias úteis, relevando ou não a multa.

25.9 - É facultada a defesa prévia da **CONTRATADA** no respectivo Processo Administrativo, solicitado por escrito à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis que será decidida pela mesma autoridade, relevando ou não a sanção.

25.10 - As penas acima referidas serão propostas pela fiscalização e impostas pela Autoridade Competente.

25.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores e Prestadores de Serviços da Câmara Municipal.

25.12 - Os atos de aplicação de sanção serão motivados e obrigatoriamente publicados na Imprensa Local e no Sítio Eletrônico da Câmara Municipal.

25.13 - A **CONTRATADA** deverá efetuar o pagamento da multa dentro de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão unilateral do Contrato.



26 – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

26.1 - **O Pedido de Esclarecimento de Dúvidas e Informações** sobre o presente Edital poderá ser requerido, por escrito, e encaminhado para o meio eletrônico, no endereço: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br ao Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, ou Protocolado na **Sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu**, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 17:00h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, **até às 17h de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das Propostas.**

26.2 - **O Pedido de Impugnação do Ato Convocatório** deste Pregão, poderá ser requerido, por escrito, e encaminhado para o meio eletrônico, no endereço: licitacao@casimirodeabreu.rj.leg.br ao Pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, ou Protocolado na **Sede da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu**, na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, das 9h às 17:00h, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, **até às 17h de 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada neste Edital para recebimento das Propostas.**

26.3 - No prazo legal, o Pregoeiro receberá os esclarecimentos e as impugnações ao ato convocatório, encaminhando-as à Autoridade Competente e após a Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis.

26.4- Caberá a Autoridade Superior da CÂMARA responder, antes da realização da sessão, os pedidos de esclarecimentos e impugnações interpostas pelas potenciais licitantes, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados.

26.5 - O acompanhamento dos resultados das fases desta licitação, bem como dos pedidos de esclarecimentos e impugnações, poderá ser feito através do *site* da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, no endereço www.casimirodeabreu.rj.leg.br.

26.6- Independente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica em aceitação plena das condições estipuladas neste Edital, decaindo do direito de impugnar os seus termos o licitante que, o tendo aceito sem objeção, vier, após o julgamento desfavorável, apresentar falhas e irregularidades que o viciem.

27 – DAS CONSIDERAÇÕES DE CARÁTER GERAL

27.1 - Nenhuma indenização será devida às Licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa à presente Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

27.2 - O resultado desta Licitação será comunicado às Licitantes no local da reunião, no mesmo dia ou noutro previamente definido.

27.3 - A apresentação de proposta obriga o licitante declarado vencedor ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital.

27.4 - A Autoridade Competente poderá, a qualquer momento, Revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado ou Anular o certame se constatado vício no seu processamento, respeitadas as disposições legais.

27.5 - Ocorrendo a Revogação ou Anulação do certame, a decisão será publicada no Jornal Oficial do Município de Casimiro de Abreu e no Site Oficial da CÂMARA.



27.6 - Na contagem dos Prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

27.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com auxílio da Equipe de Apoio.

27.8- Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da Proposta ou dos Documentos de Habilitação, o Pregoeiro poderá suspender o Pregão e marcar nova data e horário para sua continuidade, intimando todos os participantes.

27.8.1 – O Pregoeiro e a Equipe de Apoio recolherão toda a documentação dos interessados devidamente rubricados para a retomada do certame, no dia e horário estabelecido, em comum acordo com os licitantes.

27.9 - É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração: a) em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo; b) solicitar aos setores competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões; c) sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados no Credenciamento, na Proposta, na Documentação e no preenchimento dos Anexos do Edital, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.

27.10 – Da reunião lavrar-se-á Ata Circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e demais membros da Equipe de Apoio, bem como pelos licitantes presentes, ficando desde já entendido que aqueles que não a assinarem decairão do direito de reclamar contra o processamento da presente licitação;

27.11 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

27.12 - Naquilo que o presente Edital não for suficiente, prevalecerá o que dita a Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, de 06 de Abril de 2020, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

27.13- Suspenso o expediente na CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU na data prevista para a realização do certame, esta fica automaticamente prorrogada para **o mesmo horário do primeiro dia útil de expediente.**

27.14- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.15 - A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** e as licitantes do certame elegem o Foro da Comarca de Casimiro de Abreu/RJ, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital e conflitos inerentes à Adjudicação dela decorrente.

27.16 – **Pregoeiro:** Michele de Carvalho Cleto Marinho - mat. nº 011/PL; **Equipe de Apoio:** Claudia da Conceição Joaquim - mat. nº 001/PL, Rogéria Almeida Franco Moret – mat. nº 022/PL, Joziane Silva Gomes – mat. nº 028/PL e Felipe Paschoal Linhares – mat. 643.

27.16.1 – Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 004/2023, de 02 de janeiro de 2023 e Portaria nº 044/2023, de 25 de maio de 2023.

Casimiro de Abreu, 28 de dezembro de 2023.

VICTOR FERREIRA VARELA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023

01 – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Referência visa reunir os elementos necessários que possibilitem o detalhamento do pedido para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA MODALIDADE FROTA, COM COBERTURA TOTAL PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS, PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, COM DANOS MATERIAIS, DANOS CORPORAIS E MORAIS, MORTE E INVALIDEZ, EM DANOS AOS VIDROS, ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS) AOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, REBOQUE, COBERTURA A TERCEIROS, REBOQUE A TERCEIROS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, TAMBÉM AOS VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS À FROTA DA CONTRATANTE, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO**, conforme condições e especificações na íntegra, contidas neste Termo de Referência, parte integrante do Edital.

02 – DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS A SEREM SEGURADOS

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA/ RENAVAM	FAB/MOD. COMBUSTÍVEL	QUANT. VEÍCULOS
01	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 - 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3373268.	LTR 9C75 01191306000	2019/2019 FIAT SIENA ATTRACTIVE 1.4	01
02	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 - 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3372611	LMV 8C91 01191306175	2019/2019 FIAT SIENA ATTRACTIVE 1.4	01
03	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 - 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3366712	LRJ 8H84 01173375128	2018/2019 FIAT SIENA ATTRACTIVE 1.4	01
04	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 - 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD19713VG3289916	KWZ 8A97 01075774141	2015/2016 FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	01



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	MARCA/MODELO	PLACA/ RENAVAM	FAB/MOD. COMBUSTÍVEL	QUANT. VEÍCULOS
05	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 - 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD197134F3243347.	LRV 6I74 01037664997	2014/2015 FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4	01
06	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 FLEX – 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3367863.	LMS 3I36 01180069428	2018/2019 FIAT SIENA ATTRACTIVE 1.4	01
07	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3396217.	RJE 2F21 01256423278	2021/2021 FIAT / SIENA 1.4	01
08	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398316.	RJO 3D59 01261627943	2021/2021 FIAT / SIENA 1.4	01
09	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398997.	RJG 3F07 01261621830	2021/2021 FIAT / SIENA 1.4	01
10	FIAT CRONOS DRIVE 1.3 – 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 8AP359AFPPU255079.	RJH 9J27 01342377564	2022/2023 FIAT CRONOS DRIVE 1.3 1.4	01
11	FIAT CRONOS DRIVE 1.3 – 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: 8AP359AFPPU261065.	RIT 9I75 01342370870	2022/2023 FIAT CRONOS DRIVE 1.3 1.4	01
12	FIAT CRONOS DRIVE 1.3 – 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO)	Processo CMCA 1.271/2023	2023/2024 FIAT CRONOS DRIVE 1.3 1.4	01



03 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1 - Constituem o objeto do Contrato:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	OBJETO	UNIDADE	PRAZO
L O T E U N I C O	01	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA MODALIDADE FROTA, COM <u>COBERTURA TOTAL</u> PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS, PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, COM RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS DE R\$ 50.000,00 E APP MORTE E INVALIDEZ DE R\$ 5.000,00; EM DANOS AOS VIDROS, ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS) AOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, REBOQUE; COBERTURA A TERCEIROS, REBOQUE A TERCEIROS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL; TAMBÉM AOS VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS À FROTA DA CONTRATANTE, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	PRÊMIO	SERVIÇO	PELO PERÍODO DE 12 MESES
	02	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA MODALIDADE FROTA, COM <u>COBERTURA TOTAL</u> PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS, PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, COM RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS DE R\$ 50.000,00 E APP MORTE E INVALIDEZ DE R\$ 5.000,00; EM DANOS AOS VIDROS, ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS) AOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, REBOQUE; COBERTURA A TERCEIROS, REBOQUE A TERCEIROS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL; TAMBÉM AOS VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS À FROTA DA CONTRATANTE, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	FRANQUIA OBRIGATÓRIA	SERVIÇO	PELO PERÍODO DE 12 MESES
	03	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA MODALIDADE FROTA, COM <u>COBERTURA TOTAL</u> PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS, PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, COM RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS DE R\$ 50.000,00 E APP MORTE E INVALIDEZ DE R\$ 5.000,00; EM DANOS AOS VIDROS, ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS) AOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, REBOQUE; COBERTURA A TERCEIROS, REBOQUE A TERCEIROS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL; TAMBÉM AOS VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS À FROTA DA CONTRATANTE, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL.	FRANQUIA DE VIDRO	SERVIÇO	PELO PERÍODO DE 12 MESES



04 – DA JUSTIFICATIVA

4.1 - Justifica-se a presente Contratação dos Serviços de Seguro Automotivo objetivando proteger o Patrimônio Público, compreendendo a frota oficial dos veículos da CÂMARA, pois circulam assiduamente em locais de tráfego muito intenso, propensos a sinistros e conseqüentes indenizações por danos pessoais e materiais.

4.2 – Justifica-se, também, pois os veículos automotivos estão sujeitos a acidentes que podem causar danos ao Patrimônio Público.

4.3 - A contratação do seguro proporciona maior segurança no caso de envolvimento das viaturas em sinistros, possibilitando maior facilidade na recuperação dos veículos e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer.

4.4 - Dessa forma, considerando que a CÂMARA poderá desempenhar suas funções utilizando de uma prestação de serviços que atenda aos requisitos do edital, adota-se a licitação na modalidade de Pregão, tipo menor preço global, que preceitua as vantagens como competitividade, celeridade, economicidade e eficiência.

05 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 - A Contratação para a Prestação do Serviço do Objeto sendo regido pela Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1800, e aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e normas regulamentares aplicáveis à espécie, e ainda pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

06 – DA CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

6.1 - A despesa resultante deste Edital de Pregão correrá à conta da Previsão Orçamentária da CÂMARA para o Exercício de 2024, a saber: Programa de Trabalho 01.031.0001.2.330 e no Elemento de Despesas 3.3.90.39.99.00.00.00.01.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

07 – DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1 - Para julgamento e classificação das PROPOSTAS, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE ÚNICO**, observado as especificações e parâmetros de qualidade definidos no Edital.

08 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

8.1 - Para habilitar-se na licitação, para contratação de empresa para a Prestação de Serviços do Objeto deste Termo de Referência, a licitante deverá apresentar todos os documentos relacionados no Edital do Pregão Presencial.



09 – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

9.1 - As especificações técnicas e condições de execução serão na modalidade Valor de Mercado (100% Tabela FIPE), Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidente Por Passageiro – APP, com cobertura adicional de assistência 24 horas e demais coberturas descritas neste Termo de Referência.

DESCRIÇÃO	
RCF - Responsabilidade Civil Facultativa	Danos Materiais, Corporais e Morais
	R\$ 50.000,00
APP – Acidentes Pessoais de Passageiros (Por passageiro)	APP Morte e APP Invalidez
	R\$ 5.000,00

10 – DA COBERTURA DO SEGURO (GARANTIA TOTAL)

10.1 – O Seguro deverá cobrir com garantia total (integral), e abrangência em todo o Território Nacional, no mínimo as seguintes características básicas:

- I - Danos totais causados ao veículo segurado por acidentes de trânsito tais como: colisão, capotagem, queda acidental;
- II - Colisão: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;
- III - Incêndio: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;
- IV - Roubo: roubo ou furto do veículo;
- V - Danos materiais a terceiros: danos materiais causados a terceiros pelo veículo;
- VI - Danos corporais a terceiros: danos corporais causados a terceiros pelo veículo;
- VII - Acidentes pessoais de passageiro: Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo;
- VIII - Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
- IX - Atos danosos causados por terceiros;
- X - Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- XI - Danos causados à pintura por acidente ou por terceiros.

11 – DA INDENIZAÇÃO TOTAL POR ROUBOS FURTOS E/OU INCÊNDIO DO VEÍCULO SEGURADO

11.1 - O Seguro deverá acobertar com indenização total (integral) no mínimo as seguintes características básicas:

- I - Roubo ou Furto do veículo segurado;
- II - Incêndio ou Explosão acidental do veículo segurado;
- III - Em caso de Furto localizado, o valor das despesas com socorro e salvamento, deverá ser somado ao valor dos demais prejuízos indenizáveis para fins de dedução da franquia.



12 – DA INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF)

12.1 - O Seguro deverá prever um valor de indenização por Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros pelo veículo segurado, com valores indenizatórios:

- I – Danos Morais: R\$ 50.000,00 (valor mínimo);
- II - Danos Materiais: R\$ 50.000,00 (valor mínimo);
- III - Danos Corporais: R\$ 50.000,00 (valor mínimo).

13 – DA INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE (APP)

13.1 - O Seguro deverá prever um Valor de Indenização por Morte ou Invalidez Permanente para os ocupantes do veículo considerados o número normal / legal de ocupantes do mesmo, inclusive o motorista e terceiros, com valores indenizatórios:

- I - Por Morte Acidental: R\$ 5.000,00 p/ passageiro (valor mínimo);
- II - Por Invalidez Permanente: R\$ 5.000,00 p/ passageiro (valor mínimo).

14 – DO CASCO

14.1 – O Seguro deverá prever um limite máximo de Indenização: VMR (100% da tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

14.1.2 - Modalidade de Cobertura: Tipo Compreensiva (contra colisão, incêndio, roubo, furto).

15 – DA ASSISTÊNCIA 24 HORAS

15.1 – O Seguro deverá dar Assistência Completa de 24 horas em todo Território Nacional, sem franquia.

15.1.1 - O serviço de reboque deverá abranger a quilometragem de, no mínimo, 300 km/ida e 300 km/volta, livre de ônus, para as hipóteses de acidentes, incêndio, roubo/furto ou panes em geral.

16 – DOS VIDROS

16.1 – O Seguro deverá dar cobertura para: Vidros, Faróis, Lanternas e Retrovisores.

17 – DA APÓLICE

17.1- A apólice de seguro de automóveis adotada pela licitante deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

- I - Casco valor de mercado para cobertura (100% Tabela FIPE);
- II - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos materiais, Danos Corporais e Danos Morais);
- III - Valor para indenização de danos materiais;
- IV - Valor para indenização de danos corporais;
- V – Valor para indenização de danos morais;
- VI - Acidente por passageiro (APP);
- VII - Valor para indenização morte por pessoa;
- VIII - Valor para indenização invalidez por pessoa;
- IX - Valor da franquia obrigatória e de vidros.

17.2 - O prazo para indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, após entrega dos documentos.

17.3 - A empresa vencedora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóveis para os veículos objeto desta licitação.

17.4 - Caberá à Empresa vencedora emitir a(s) apólice(s) de seguro por veículo e entregá-las ao Setor de Transportes da CÂMARA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do contrato. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, etc., a contar de pedido expresso da CÂMARA.

17.5 - No caso de assistência 24 horas, a licitante vencedora deverá atender aos chamados da CÂMARA no prazo máximo de 01 (uma) hora.

17.6 - O prazo máximo para a execução dos serviços de reparos nos veículos segurados será de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação do sinistro pela CÂMARA.

17.7 - A licitante vencedora deverá apresentar sua proposta com isenção do custo da apólice.

17.8 - A prestação de socorro mecânico emergencial no local do acidente, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica.

17.9 - Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência (sede) do segurado.

17.10 - Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante em casos de acidentes.

18 – DA FRANQUIA

18.1 – A Franquia deverá ser Obrigatória, para todos os veículos.

18.2 – A Franquia de Vidros (para-brisa, vidros traseiro e laterais) não blindados, reparo de arranhões 1ª peça Reparo de arranhões 2ª peça.

19 – DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NOS VEÍCULOS

19.1 - Os serviços de reparo nos veículos da frota da CÂMARA, executados pelas oficinas referenciadas pela seguradora, serão vistoriados por servidor da CÂMARA do Setor de Transportes, antes da retirada do veículo.

19.2- Os serviços executados pelas oficinas indicadas pela seguradora deverão ter a garantia mínima de 03 (três) meses.



20 – DA ISENÇÃO DO IOF

20.1 - Conforme o artigo 2º, § 3º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, não se submete à incidência do IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras as operações realizadas por órgãos da administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

21 – DO PRAZO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

21.1 – O prazo para o **início da execução da Prestação de Serviços**, do Objeto do Edital, deverá contar a partir do **1º (primeiro) dia útil** seguinte ao do recebimento, pela CONTRATADA, do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, nos padrões estabelecidos, sem quaisquer ônus para a Contratante, sujeitando-se às penalidades previstas no Edital.

21.1.1 – Caso o Estabelecimento da Contratada não for na Sede do Município de Casimiro de Abreu, a CÂMARA poderá enviar o Termo de Autorização de Prestação de Serviços, via e-mail do Responsável Legal da Licitante ou alguém por ele designado.

21.2 – A CONTRATADA deverá executar o serviço, no prazo estabelecido, a contar do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, nas quantidades contratadas e nos padrões estabelecidos, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar.

22 – DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

22.1 - A execução do Objeto será conferida e atestada pelo Responsável do Setor de Transporte ou servidor autorizado pela CÂMARA.

22.2 - O recebimento da Prestação de Serviços descritas neste Termo de Referência, dar-se-á da seguinte forma:

22.2.1 - **Provisoriamente**, em até **05 (cinco) dias úteis**, contados da data da execução do serviço solicitados no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, para averiguação das suas condições.

22.2.1.1 - No caso de consideradas insatisfatórias as condições do serviço recebido provisoriamente, será lavrado Termo de Recusa, contendo as desconformidades, devendo o serviço rejeitado ser refeito no prazo máximo de até **02 (dois) dias úteis** corridos a contar da notificação por escrito, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, mantendo-se o preço inicialmente contratado, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital.

22.2.1.2 – As despesas decorrentes das trocas ou refazimento dos serviços, no todo ou em parte, correrão às expensas da CONTRATADA.

22.2.2 - **Definitivamente**, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis, após o recebimento provisório, ou da data de conclusão das correções efetuadas, uma vez verificado as condições estipuladas, e consequente aceitação firmado pelo Fiscal do Contrato.

22.3 – A aceitação do objeto, não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.



23 – DA INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

23.1 – Caberá a CÂMARA fiscalizar a execução do Contrato, de forma imediata através de servidor a ser designado. Incumbe à fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios, definidos na legislação pertinente, no Edital e seus Anexos, nas especificações dos serviços, no contrato, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação em vigor, observado o contraditório e a ampla defesa.

23.2 - Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da Contratada, o Responsável pelo Setor de Transporte deverá de imediato comunicar por escrito ao Gabinete da Presidência, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e neste edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

23.3 – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Câmara Municipal ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CÂMARA ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a CÂMARA dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

23.4 – A Câmara Municipal de Casimiro de Abreu reserva para si o direito de não aceitar a Prestação de Serviços em desacordo com o previsto no Edital e seus Anexos ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto ou em más condições de consumo, podendo rescindi-lo nos termos do previsto no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

23.5 – A CONTRATADA aceitará os métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações indispensáveis ao desempenho de suas atividades.

24 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1 – A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pelos Serviços Contratados, em conformidade com as especificações técnicas, nos termos da legislação vigente.

24.2 - A CONTRATADA deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

24.3 - A CONTRATADA deverá garantir sigilo sobre quaisquer informações da Câmara às quais tenha acesso, obrigando-se a tratar como "**segredos institucionais e confidenciais**", quaisquer informações, dados e processos relativos aos serviços ora contratados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas na contratação, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros, respondendo administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

24.4 - Obedecer às determinações legais ou emanadas das autoridades constituídas, sendo a única responsável pelas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

24.5 - A CONTRATADA deverá credenciar, junto a Contratante, um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

24.6 - A CONTRATADA deverá disponibilizar todas as informações necessárias para que o servidor designado pela CÂMARA como responsável pelo gerenciamento dos serviços contratados, possa fazer o seu acompanhamento.

24.7 - O seguro deverá cobrir os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina credenciada, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pela seguradora correspondente a cada uma das coberturas de seguro, relacionadas neste documento.

24.8 – A CONTRATADA deverá restituir ou reparar os danos causados por roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto, incluindo os vidros.

24.9 – A CONTRATADA deverá restituir ou reparar os danos causados por colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado.

24.10 – A CONTRATADA deverá restituir ou reparar os danos causados por raio e suas consequências; incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros; queda em precipícios ou pontes; queda de agentes externos sobre o veículo; acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado; submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo; granizo, furacão e terremoto; alagamento, enchente ou inundação (inclusive no caso de veículos guardados em subsolo); calço hidráulico (travamento do motor).

24.11 – A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus para a CÂMARA, carro reserva por todo o período em que o veículo segurado estiver em reparo ou pelo período de fornecimento de novo veículo em caso de furto/roubo ou em caso de perda total.

24.12 – A CONTRATADA deverá restituir ou reparar os danos causados por danos a vidros, lanternas, faróis e retrovisores.

24.13 – A CONTRATADA deverá restituir ou reparar os danos causados a veículos durante tempo em que, como consequência de roubo ou furto.

24.14 – A CONTRATADA deverá restituir ou reparar os danos causados por acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.

24.15 – A CONTRATADA deverá conceder “Assistência 24 horas” ao segurado, em caso de pane ou colisão do veículo, dentro e fora do Estado do Rio de Janeiro, com os seguintes serviços: a) chaveiro; b) reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica; c) fornecimento de passagens aéreas ou terrestres para retorno do segurado e seus acompanhantes ao local de origem ou continuidade da viagem até o local de destino; d) auxílio em caso de falta de combustível (pane seca); e) cobertura de vidros; f) outros direitos previstos na apólice, não mencionados no presente Termo de Referência.

24.16 - A CONTRATADA concederá a CÂMARA Franquia reduzida.

24.17 - A CONTRATADA concederá a CÂMARA o bônus Classe 0 para todas as coberturas.

24.18 – A CONTRATADA deverá providenciar a regulação de sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela CÂMARA e ao pagamento das indenizações devidas, se for o caso.

24.19 - O total cumprimento da cobertura do seguro contratado perante CÂMARA, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regulação de sinistros porventura ocorridos.

24.20 - A manutenção, durante toda a vigência da apólice, de todas as condições de habilitação exigidas nesta contratação.



24.21 – A CONTRATADA deverá prestar atendimento aos chamados da CÂMARA disponibilizando “Disque 0800” para contato imediato em eventos de sinistro.

24.22 – A CONTRATADA deverá atender prontamente quaisquer exigências do Setor de Transporte da CÂMARA, inerentes ao objeto desta despesa.

24.23 – A CONTRATADA deverá emitir Fatura e Apólice no prazo para faturamento, discriminando os serviços contratados com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário e total de acordo com a proposta vencedora e seu valor total.

24.24 – A CONTRATADA deverá comparecer, sempre que convocada, na CÂMARA em horário comercial, por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

24.25 - A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da prestação dos serviços, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE.

24.26 - A CONTRATADA será a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

24.27 - O Objeto do Contrato deve ser executado diretamente pela Contratada não podendo ser Transferido Parcial ou Total, Sub-Empreitados, Sub-Locados, Cedidos ou Subcontratados, salvos a excepcionalidade e manifestação expressa de autorização da Câmara Municipal.

24.28 – A CONTRATADA deverá manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo procedimento licitatório e durante todo o período do CONTRATO.

24.29 – A CONTRATADA deverá responsabilizar-se integralmente pela execução do serviço do objeto licitado, nos padrões estabelecidos e termos da legislação vigente, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, e respeitando os prazos fixados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CÂMARA.

24.30 – A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo praticado por seus prepostos, empregado ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CÂMARA.

24.31 – A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes a materiais, mão de obra, transporte, seguros, taxas, tributos, incidências fiscais e contribuições de qualquer natureza ou espécie, encargos sociais, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, inclusive quanto à criação de novos encargos.

24.32 - Executar o contrato através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Contratante exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente e obrigando-se também a indenizar o Contratante por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem.

24.33 - Responder perante o Contratante por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço ora contratado, por atos de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao Contratante o exercício do direito de regresso, eximindo-o de qualquer solidariedade ou responsabilidade de qualquer natureza.



24.34 - Facilitar e permitir ao Contratante, a qualquer momento, a realização de auditoria dos serviços, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade ao Contratante, e esclarecer prontamente as questões relativas à execução do contrato, quando solicitada.

24.35 - Assumir total responsabilidade pelos serviços que apresentarem não conformidade, má qualidade e/ou irregularidades, responsabilizando-se por eventuais danos e/ou prejuízos causados a terceiros e/ou a coisas e bens da Câmara, arcando com as respectivas indenizações, que poderão ser imediatamente retidas, e/ou reembolsando de imediato a Contratante o valor do prejuízo acarretado.

24.36 - Substituir e/ou reparar, por sua conta e responsabilidade, os serviços considerados inadequados ou imperfeitos, ou que estiverem em desacordo com o ora pactuado, respeitando os prazos fixados, ficando a critério da Contratante aprovar ou rejeitar, sem prejuízo das multas contratuais.

24.37 - Após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir do contato de convocação pela Câmara Municipal.

24.38 – Assinar o Contrato no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos** a partir da homologação do certame e posterior emissão da Nota de Empenho.

24.39 - Emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e no prazo para faturamento, discriminando os itens licitados com as devidas especificações, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total.

24.40 - Comunicar com antecedência à CÂMARA, por escrito, quando for o caso, qualquer anormalidade de caráter urgente da impossibilidade em atender as solicitações do objeto do edital e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

24.41 - Fornecer números telefônicos, ou outros meios igualmente eficazes, para contato com a ADJUDICATÁRIA, sem que isto gere qualquer custo adicional.

24.42 – A Contratada deverá cumprir quaisquer outras exigências legais pertinentes ao objeto licitado, que por ventura não tenham sido explicitados no edital.

24.43 - Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela CÂMARA.

24.44 – A CONTRATADA atenderá às medidas técnicas e administrativas determinadas pela CÂMARA.

24.45 - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

24.46 - A CONTRATADA deverá estar à disposição para atendimento a CONTRATANTE 24 (vinte e quatro) horas por dia, de segunda a sexta-feira, incluindo finais de semana e feriados.

24.47 – Não utilizar o nome da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu em quaisquer atividades de divulgação de sua empresa, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros impressos.

24.48 – Não se pronunciar em nome da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu a Órgãos da Imprensa ou Clientes sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços ao seu cargo.

24.49 – Comunicar ao Contratante, no prazo de 10 (dez) dias de antecedência, qualquer alteração na composição societária da empresa ou em seu quadro técnico.

24.50 - A Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da contratada, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros alegados.



25 – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

25.1 – A CONTRATANTE deverá cumprir com todas as normas e condições do presente Edital.

25.2 – A CONTRATANTE deverá fornecer todas as informações e esclarecimentos necessários ao pleno e fiel cumprimento do objeto da presente licitação.

25.3 – A CONTRATANTE deverá permitir, durante a vigência do contrato, o livre acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais designados para a Prestação dos Serviços, desde que devidamente identificados, conforme os termos deste Termo e as normas internas do CONTRATANTE.

25.4 – A CONTRATANTE deverá conferir a realização da Prestação dos Serviços provisórios e definitivos do Objeto do Edital, embora a Contratada seja a única e exclusiva responsável pelos serviços nas condições especificadas.

25.5 – A CONTRATANTE deverá disponibilizar relação dos veículos oficiais, contendo placa, ano, modelo, pertencentes à CÂMARA, bem como os novos veículos que forem sendo adquiridos na vigência contratual.

25.6 – A CONTRATANTE deverá solicitar a Contratada para refazer, no prazo determinado, os serviços que forem rejeitados.

25.7 – A CONTRATANTE deverá prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

25.8 – A CONTRATANTE deverá fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada e acompanhar a execução do serviço do Objeto.

25.9 - A CONTRATANTE não deverá permitir a Prestação de Serviços em desacordo com as obrigações assumidas.

25.10 – A CONTRATANTE deverá notificar a Contratada acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas nos serviços do objeto deste PREGÃO para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e interromper imediatamente a execução, se for o caso.

25.11 – A CONTRATANTE deverá respeitar todos os prazos contratuais e, para todas as solicitações e notificações que fizer a CONTRATADA, realizá-las por escrito e encaminhá-las diretamente ao preposto, exceto para situações que dispensem essa forma de comunicação.

25.12 – A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, determinando as providências a serem tomadas, e notificar, por escrito, a Contratada da aplicação de qualquer sanção ou penalidade.

25.13 – A CONTRATANTE deverá exigir o fiel cumprimento de todos os requisitos acordados e da proposta apresentada.

25.14 – A CONTRATANTE deverá atestar na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e a efetiva execução do objeto deste instrumento.

25.15 – A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados a Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal Eletrônica no setor competente.



26 – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

26.1 - Visando prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação, em caso de risco iminente, a Administração adotará como medida acauteladora, a retenção do pagamento até que cesse o risco iminente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

27 – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

27.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital, a CÂMARA, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 77, 78, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, no que couberem, as disposições contidas na Lei Estadual nº 287, de 04.12.79, e suas regulamentações e, em especial, as sanções, prevista neste Edital do Pregão Presencial.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA
ANEXO II

PLANILHA DE QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
End.: Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro,
Casimiro de Abreu/RJ

PROCESSO CMCA Nº 1.227/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023
DATA BASE: 28/12/2023

- Trata-se de ESTIMATIVA e expectativa de Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços de Seguro de Automóveis, na modalidade frota, com cobertura total para 12 (doze) veículos pertencentes a Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ.

- Para julgamento e classificação das PROPOSTAS, será adotado o critério do MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, observado as especificações e parâmetros de qualidade definidos neste Edital. É vedada a aceitação de PROPOSTA com preço superior NO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA, NO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO DA FRANQUIA DE VIDRO E NO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO DO PRÊMIO ao fixado nesta Planilha de Quantitativo e Preços Unitários e Totais - ANEXO II deste Edital, sob pena de Desclassificação.

- Para ciência dos licitantes para formulação da PROPOSTA DE PREÇO .

O Preço máximo aceitável pela CÂMARA, para a referida Prestação de Serviços, se segue:



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO/MARCA/ANO	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF	APP	FRANQUIA	FRANQUIA	PRÊMIO	PRÊMIO
							DANOS	MORTE E	OBRIGATÓRIA	DE VIDRO	(PREÇO	(PREÇO
							MATERIAIS	INVALIDEZ	(PREÇO	(PREÇO	MÁXIMO	MÁXIMO
							CORPORAIS		MÁXIMO	MÁXIMO	ESTIMA	ESTIMADO
							e MORAIS		ESTIMADO)	ESTIMADO)	DO UNITÁRIO)	TOTAL)
							R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
LOTE ÚNICO	01	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 – 2019/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3373268. PLACA: LTR 9C75	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 2.633,75	R\$ 308,80	R\$ 1.066,45	R\$ 1.066,45
	02	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 – 2019/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3372611. PLACA: LMV 8C91	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 2.633,75	R\$ 308,80	R\$ 1.066,45	R\$ 1.066,45
	03	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 – 2018/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3366712 PLACA: LRJ 8H84	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 3.113,88	R\$ 308,80	R\$ 1.061,07	R\$ 1.061,07



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO/MARCA/ANO	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF	APP	FRANQUIA	FRANQUIA	PRÊMIO	PRÊMIO (PREÇO
						DANOS	MORTE E	OBRIGATÓRIA	DE VIDRO	(PREÇO	MÁXIMO
						MATERIAIS E	INVALIDEZ	(PREÇO	(PREÇO	MÁXIMOESTIMA	ESTIMADO
						CORPORAIS		MÁXIMO	MÁXIMO	DO UNITÁRIO)	TOTAL)
						R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
04	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4– 2015/2016 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD19713VG3289916 PLACA KWZ 8A97	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 3.321,15	R\$ 350,68	R\$ 1.147,79	R\$ 1.147,79
05	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4– 2014/2015 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD197134F3243347. PLACA LRV 6I74	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 3.321,15	R\$ 350,68	R\$ 1.130,16	R\$ 1.130,16
06	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 FLEX – 2018/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3367863. PLACA LMS 3I36	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 2.632,18	R\$ 308,80	R\$ 1.150,74	R\$ 1.150,74

LOTE
ÚNICO



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO/MARCA/ANO	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF	APP	FRANQUIA	FRANQUIA	PRÊMIO	PRÊMIO (PREÇO
						DANOS	MORTE E	OBRIGATÓRIA	DE VIDRO	(PREÇO	MÁXIMO
						MATERIAIS E	INVALIDEZ	(PREÇO	(PREÇO	MÁXIMOESTIMA	MÁXIMO
						CORPORAIS		MÁXIMO	MÁXIMO	DO UNITÁRIO)	ESTIMADO
								ESTIMADO)	ESTIMADO)		TOTAL)
						R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
07	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3396217. PLACA RJE 2F21	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 2.632,18	R\$ 288,92	R\$ 1.324,98	R\$ 1.324,98
08	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398316. PLACA RJO 3D59	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 2.712,61	R\$ 308,80	R\$ 1.659,66	R\$ 1.659,66
09	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398997. PLACA RJG 3F07	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 2.712,61	R\$ 308,80	R\$ 1.659,66	R\$ 1.659,66

LOTE ÚNICO



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

L O T E Ú N I C O	ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO/MARCA/ANO	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS E CORPORAIS R\$	APP MORTE E INVALIDEZ R\$	FRANQUIA OBRIGATÓRIA (PREÇO MÁXIMO ESTIMADO) R\$	FRANQUIA DE VIDRO (PREÇO MÁXIMO ESTIMADO) R\$	PRÊMIO (PREÇO MÁXIMOESTIMA DO UNITÁRIO) R\$	PRÊMIO (PREÇO MÁXIMO ESTIMADO TOTAL) R\$	
	10	FIAT CRONOS DRIVE 1.3– 2022/2023 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 8AP359AFPPU255079. PLACA RJH 9J27	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 3.150,87	R\$ 419,77	R\$ 1.414,94	R\$ 1.414,94	
	11	FIAT CRONOS DRIVE 1.3– 2022/2023 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: 8AP359AFPPU261065. PLACA RIT 9I75	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 3.150,87	R\$ 419,77	R\$ 1.414,94	R\$ 1.414,94	
	12	FIAT CRONOS DRIVE 1.3– 2023/2024 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO) PLACA: (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO) PROCESSO CMCA Nº 1.271/2023	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$ 3.150,87	R\$ 419,77	R\$ 1.414,94	R\$ 1.414,94	
	QUANTIDADE TOTAL DE VEÍCULOS			12	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DO PRÊMIO CORRESPONDENTE AOS 12 (DOZE) VEÍCULOS OFICIAIS								R\$ 15.511,78



Poder Legislativo

CASIMIRO DE ABREU



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

1.1 - **O Preço Proposto é definitivo** e nele estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza, fretes, seguros, etc., que incidam ou venha a incidir sobre o objeto licitado.



ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº ____/202_ de Prestação de Serviços que entre si fazem a Câmara Municipal de Casimiro de Abreu e a firma _____, objeto da Licitação sob a Modalidade Pregão Presencial nº ____/202_, na forma abaixo:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, doravante denominada **CÂMARA**, representada neste ato pelo seu Presidente, o Vereador _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, e, de outro lado a firma _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____; aqui denominada **CONTRATADA**, representada por _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito no CPF sob o nº _____, têm entre si na conformidade do que consta no processo administrativo nº ____/202_ e do consequente procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº ____/202_, com base no que dispõe o artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 11, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se nas disposições das Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93, demais alterações posteriores e normas regulamentares aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a complementar, alterar ou regulamentar, cujas normas, desde já, entende-se como integrantes do presente instrumento. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo que não expressamente transcritas no instrumento.

Parágrafo Primeiro- O presente contrato está vinculado ao Edital e em todos os Anexos do Pregão Presencial nº ____/202_, bem como à proposta da **CONTRATADA**, na conformidade do que consta no processo administrativo mencionado em epígrafe, estando todos vinculados de forma total e plena, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

Parágrafo Segundo – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditiva da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A **CONTRATADA**, por força do presente contrato, **se obriga a CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE SEGURO AUTOMOTIVO, NA MODALIDADE FROTA, COM COBERTURA TOTAL PARA 12 (DOZE) VEÍCULOS, PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, COM DANOS MATERIAIS, DANOS CORPORAIS E MORAIS, MORTE E INVALIDEZ, EM DANOS AOS VIDROS, ASSISTÊNCIA 24H (VINTE E QUATRO HORAS) AOS VEÍCULOS E PASSAGEIROS, REBOQUE, COBERTURA A TERCEIROS, REBOQUE A TERCEIROS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, TAMBÉM AOS VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS À FROTA DA CONTRATANTE, DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL**, observadas as especificações e a descrições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Presencial nº ____/202_ e da Proposta que foi apresentada durante a licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS QUE COMPÕE O CONTRATO

Os veículos oficiais pertencentes à **CÂMARA** será o discriminado abaixo:

Nº	MODELO	MARCA	PLACA	ANO	COR	COMBUSTIVEL
01	GRAND SIENA 1.4	FIAT	LRV 6174	2014/2015	PRETA	TETRAFUEL
02	GRAND SIENA 1.4	FIAT	KWZ 8A97	2015/2016	PRETA	TETRAFUEL
03	ATTRACTIV SIENA 1.4	FIAT	LRJ 8H84	2018/2019	BRANCA	FLEX
04	ATTRACTIV SIENA 1.4	FIAT	LMS 3I36	2018/2019	BRANCA	FLEX
05	ATTRACTIV SIENA 1.4	FIAT	LTR 9C75	2019/2019	BRANCA	FLEX
06	ATTRACTIV SIENA 1.4	FIAT	LMV 8C91	2019/2019	BRANCA	FLEX
07	SIENA 1.4	FIAT	RJE 2F21	2021/2021	BRANCA	FLEX
08	SIENA 1.4	FIAT	RJG 3F07	2021/2021	BRANCA	FLEX
09	SIENA 1.4	FIAT	RJO 3D59	2021/2021	BRANCA	FLEX
10	CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RIT 9I75	2022/2023	BRANCA	FLEX
11	CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	RJH 9J27	2022/2023	BRANCA	FLEX
12	CRONOS DRIVE 1.3	FIAT	-----	2023/2024	BRANCA	FLEX



CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO QUE COMPÕE O CONTRATO

O Serviço de Seguro Automotivo, na modalidade frota, com cobertura total, em atendimento aos Veículos Oficiais pertencentes à **CÂMARA** bem como dos demais veículos a ela incorporada durante a vigência deste contrato, será o discriminado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSEIRO	FRANQUIA OBRIGATORIA R\$	FRANQUIA DE VIDRO R\$	PRÊMIO VALOR TOTAL R\$
01	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 – 2019/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3373268. PLACA: LTR 9C75	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
02	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 – 2019/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3372611. PLACA: LMV 8C91	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
03	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 – 2018/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3366712 PLACA: LRJ 8H84	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
04	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 – 2015/2016 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD19713VG3289916 PLACA KWZ 8A97	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
05	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4 – 2014/2015 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD197134F3243347. PLACA LRV 6I74	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$



ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANTIDADE	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	FRANQUIA OBRIGATORIA R\$	FRANQUIA DE VIDRO R\$	PRÊMIO VALOR TOTAL R\$
06	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 FLEX –2018/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3367863. PLACA LMS 3136	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
07	FIAT SIENA 1.4 FLEX– 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3396217. PLACA RJE 2F21	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
08	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398316. PLACA RJO 3D59	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
09	FIAT SIENA 1.4 FLEX– 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398997. PLACA RJG 3F07	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
10	FIAT CRONOS DRIVE 1.3– 2022/2023 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 8AP359AFPPU255079. PLACA RJH 9J27	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
11	FIAT CRONOS DRIVE 1.3– 2022/2023 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: 8AP359AFPPU261065. PLACA RIT 9I75	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$
12	FIAT CRONOS DRIVE 1.3– 2023/2024 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: _____ PLACA: _____	01	0	100% da Tabela FIPE	05	50.000,00	5.000,00	R\$	R\$	R\$



CLÁUSULA QUINTA – DA COBERTURA DO SEGURO

A CONTRATADA deverá cobrir com garantia total (integral), e abrangência em todo o Território Nacional, no mínimo as seguintes características básicas:

- I - Danos totais causados ao veículo oficial segurado por acidentes de trânsito tais como: colisão, capotagem, queda acidental;
- II - Colisão: perda total ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de água, granizo, bem como despesas necessárias como socorro e salvamento;
- III - Incêndio: perda total ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento;
- IV - Roubo: roubo ou furto do veículo;
- V - Danos materiais a terceiros: danos materiais causados a terceiros pelo veículo;
- VI - Danos corporais e morais a terceiros: danos corporais causados a terceiros pelo veículo;
- VII - Acidentes pessoais de passageiro: Garante indenização por morte, invalidez permanente total ou parcial em virtude de acidente com o veículo;
- VIII - Acidentes durante o transporte do veículo segurado por meio apropriado;
- IX - Atos danosos causados por terceiros;
- X - Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda acidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- XI - Danos causados à pintura por acidente ou por terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DA INDENIZAÇÃO TOTAL POR ROUBOS FURTOS E/OU INCÊNDIO DO VEÍCULO SEGURADO

A CONTRATADA deverá acobertar com Indenização Total (Integral) no mínimo as seguintes características básicas:

- I - Roubo ou Furto do veículo segurado;
- II - Incêndio ou Explosão acidental do veículo segurado;
- III - Em caso de Furto localizado, o valor das despesas com socorro e salvamento, deverá ser somado ao valor dos demais prejuízos indenizáveis para fins de dedução da franquia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INDENIZAÇÃO POR RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF)

A CONTRATADA deverá prever um valor de Indenização por Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros pelo veículo segurado, com valores indenizatórios:

- I – Danos Morais: R\$ 50.000,00 (valor mínimo);
- II - Danos Materiais: R\$ 50.000,00 (valor mínimo);
- III - Danos Corporais: R\$ 50.000,00 (valor mínimo).

CLÁUSULA OITAVA – DA INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ PERMANENTE (APP)

A CONTRATADA deverá prever um Valor de Indenização por Morte ou Invalidez Permanente para os ocupantes do veículo considerados o número normal / legal de ocupantes do mesmo, inclusive o motorista e terceiros, com valores indenizatórios:

- I - Por Morte Acidental: R\$ 5.000,00 p/ passageiro (valor mínimo);
- II - Por Invalidez Permanente: R\$ 5.000,00 p/ passageiro (valor mínimo).

CLÁUSULA NONA – DO CASCO

A CONTRATADA deverá prever um limite máximo de Indenização: VMR (100% da tabela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Parágrafo Primeiro - Modalidade de Cobertura: Tipo Compreensiva (contra colisão, incêndio, roubo, furto).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ASSISTÊNCIA 24 HORAS

A CONTRATADA deverá dar Assistência Completa de 24 horas em todo Território Nacional, sem franquia.

Parágrafo Primeiro - O Serviço de Reboque deverá abranger a quilometragem de, no mínimo, 300 km/ida e 300 km/volta, livre de ônus, para as hipóteses de acidentes, incêndio, roubo/furto ou panes em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APÓLICE

A Apólice de Seguro de automóveis adotada pela CONTRATADA deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens a seguir:



- I - Casco valor de mercado para cobertura (100% Tabela FIPE);
- II - Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais, Danos Corporais e Morais);
- III - Valor para indenização de danos materiais;
- IV - Valor para indenização de danos corporais;
- V – Valor para indenização de danos morais;
- VI - Acidente por passageiro (APP);
- VII - Valor para indenização morte por pessoa;
- VIII - Valor para indenização invalidez por pessoa;
- IX - Valor da franquia normal e de vidros.

Parágrafo Primeiro - Caberá à CONTRATADA emitir a(s) Apólice(s) de Seguro por veículo e enviar para o Setor de Transportes da CÂMARA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do Contrato. O mesmo prazo valerá para emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, etc., a contar de pedido expresso da CÂMARA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO E RECEBIMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Prazo para a execução do Objeto ora contratado é contado a partir da data de recebimento do Termo de Autorização da Prestação de Serviços.

Parágrafo Primeiro – A Prestação dos Serviços pela empresa **CONTRATADA** obedecerá fiel e integralmente:

- I - Atenderá a CÂMARA pelo preço contratado, os serviços do Objeto do Edital, segundo as necessidades e requisições;
- II - Atenderá a CÂMARA, nos prazos estabelecidos, a contar do recebimento da emissão do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, com o(s) item(ns) contrato(s) nas quantidades necessárias e nos padrões estabelecidos, sem quaisquer ônus para a Contratante;
- III - Deverá executar de forma imediata, no prazo máximo de até 02 (dois) dias, contado da notificação, e totalmente às suas custas, sem qualquer ônus para a CÂMARA, o serviço rejeitado, no todo ou em parte;
- IV – A CONTRATADA deverá estar à disposição para atendimento a CÂMARA em qualquer horário, de segunda a sexta-feira.
- V – A Franquia deverá ser Obrigatória para todos os Veículos Oficiais.
- VI – Os Serviços de reparo nos Veículos Oficiais, executados pelas oficinas referenciadas pela CONTRATADA, serão vistoriados pelo Setor de Transporte da CÂMARA, antes da retirada do veículo. Os serviços deverão ter a garantia mínima de 03 (três) meses.
- VII – A CÂMARA será isenta do pagamento do IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras, conforme art. 2º, § 3º do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela execução do objeto, a CÂMARA pagará à **CONTRATADA** o preço total de R\$ _____(____), de acordo com a Proposta da empresa **CONTRATADA** correspondente ao resultado referencial total do único lote apresentado quando da participação no procedimento licitatório originário e registrado no Pregão Presencial nº ____/____.

Parágrafo Primeiro – No preço acima estipulado já estão inclusos todas as taxas, encargos, impostos, fretes, carregamento e descarregamento, seguros e demais despesas inerentes ao fornecimento do objeto contratado.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o serviço evidenciado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços.

Parágrafo Terceiro - O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado de acordo com o requisitado no Termo de Autorização de Prestação de Serviços, discriminando no requerimento, o(s) item(ns) licitado(s) com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, que deverá ser devidamente conferida e atestada por 02 (dois) servidores da CÂMARA, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em **até 15 (quinze) dias úteis**, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Quarto – A Nota Fiscal Eletrônica – NF - e emitida pela **CONTRATADA** deverá conter no seu corpo o percentual e o valor do Imposto de Renda a ser retido, decorrentes da prestação de serviços ou fornecimento de bens contratados, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações.

Parágrafo Quinto - As retenções mencionadas no parágrafo anterior, serão recolhidas no momento do pagamento da Nota Fiscal Eletrônica – NF - e, após ser atestada e liquidada, aos cofres municipais, nos termos da lei.

Parágrafo Sexto – O pagamento não será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.



Parágrafo Sétimo – O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

- I - Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidade, marca, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora, o seu preço total e o valor do IR a ser retido se for o caso;
- II – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- III – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos em Dívida Ativa;
- IV – Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
- V – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado, quando em favor de pessoa jurídica, através de ordem bancária, depositada em conta corrente, devendo a empresa indicar o banco, agência bancária e o número de sua conta corrente para o devido pagamento, salientando que as despesas relativas a tarifas bancárias serão descontadas do preço a ser pago para posterior repasse à instituição financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os preços contratados serão **fixos e irrevogáveis durante a vigência do Contrato**, decorrido os 12 meses poderá a Contratada fazer jus ao reajusto do valor contratual, de acordo com índices oficiais autorizados pelo órgão regulador, o qual deverá retratar a variação efetiva do custo ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, obedecendo a legislação em vigor, e em especial ao disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respeitando a Dotação Orçamentária e aplicando-se no que couber a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Primeiro – Quando da solicitação de repactuação de preços, a mesma deverá ser acompanhada de demonstração analítica de alteração dos custos, planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes, por meio da apresentação dos cálculos para apreciação e conferência do Contratante, devendo o Contratado requerer o reajuste antes da prorrogação, evitando assim a preclusão do seu direito de reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caberá ao Contratado efetuar os cálculos relativos à repactuação dos preços contratados e submetê-los à aprovação do Contratante.

Parágrafo Terceiro – Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura ou da emissão do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, respeitando o disposto no Art. 15, § 3º, III da Lei 8.666/93 e alterações, podendo ser prorrogado observando o disposto no Inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do presente contrato poderá, a critério da **CÂMARA**, ser alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto do contrato.

Parágrafo Segundo – O contrato poderá ser alterado, observado o disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, exceto o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – A critério da **CÂMARA** e em função das suas necessidades, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto no art. 65, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização do objeto a que se refere o presente instrumento será executada sob a direção e responsabilidade do(a) Sr(a). _____, (cargo), servidor(a) designado(a) pela **CÂMARA**, o qual fica desde já autorizado(a) a representá-la em suas relações com a **CONTRATADA**, em matéria de execução do serviço.

Parágrafo Único - A existência e atuação da gestão e fiscalização da **CÂMARA** em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne o serviço contratado, e às suas conseqüências e implicações, próximas ou remotas.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Cabe à **CÂMARA**, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do serviço do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro - Proporcionar condições à **CONTRATADA** para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

Parágrafo Segundo - Solicitar à **CONTRATADA** refazer o serviço do item do objeto que não apresentar condições de ser utilizado.

Parágrafo Terceiro - Notificar à **CONTRATADA** acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e interromper imediatamente o fornecimento, se for o caso.

Parágrafo Quarto - A **CÂMARA** obriga-se a notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da aplicação de qualquer sanção ou penalidade.

Parágrafo Quinto - Constituem obrigações da **CÂMARA** o cumprimento no disposto deste Contrato, efetuado, com pontualidade, os pagamentos à **CONTRATADA**, após o cumprimento das formalidades legais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos à **CÂMARA** e a terceiros, em consequência da execução do serviço, inclusive os que possam afetar os serviços a cargo de concessionárias.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar à **CÂMARA** ou a terceiros, provenientes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores, ficando obrigada a repará-los imediatamente, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** será também responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes às legislações social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todas as despesas decorrentes com mão de obra, remuneração, tributos, encargos sociais, seguros, e de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), despesas com instalações e equipamentos necessários ao serviço contratado, e, em suma, todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessários à completa realização do serviço, até a sua entrega, perfeitamente concluída.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá executar os serviços do(s) item(ns) registrados prontamente, nos padrões estabelecidos, e de acordo com as exigências do Edital, vindo a responder por danos eventuais que comprovadamente vier a causar, caso realize o serviço em má qualidade, efetuando novamente, caso seja constatada a impossibilidade de uso dos veículos oficiais.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se integralmente pelos veículos recebidos do Contratante, acessórios e objetos nele contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndio ou acidente, independente de culpa, não transferindo a responsabilidade a possíveis subcontratados ou terceiros, desde o momento do recebimento do veículo para orçamento até a entrega do mesmo ao Contratante.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA**, desde já, se responsabiliza pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados por eles, à **CÂMARA** ou a terceiros.

Parágrafo Sexto - A **CÂMARA** não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano na indenização a terceiros em decorrência de atos da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Sétimo – Responsabilizar-se pelo fiel serviço no prazo estabelecido.

Parágrafo Oitavo - Cabe à **CONTRATADA** comunicar com antecedência à **CÂMARA** a impossibilidade em atender as solicitações, nos casos em que houver impedimento para funcionamento normal de suas atividades.

Parágrafo Novo – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas, objeto do presente Contrato, na importância prevista na Cláusula Décima Terceira, correrão à conta do Programa de Trabalho nº 01.031.0001.2.330, Elemento de Despesa 3.3.90.39.99.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, integrante do Orçamento da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.



CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da Prestação de Serviços nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início dos serviços parcelados;
- V – A paralisação do Serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou a transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no Contrato;
- VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o fornecimento assim como a de seus superiores;
- VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, da Lei nº 8.666, de junho de 1993;
- IX – A decretação de falências ou a instauração de insolvência civil;
- X – A dissolução da sociedade;
- XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados, pela máxima autoridade da esfera administrativa, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII – A supressão, por parte da administração dos serviços acarretando modificação no preço inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior, a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo independentemente, do pagamento obrigatório de indenização, pelas sucessivas e contratualmente previstas desmobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV – A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão contratual serão normalmente motivados nos autos do processo administrativo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo Segundo - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos numerados nos incisos I a XV da presente cláusula;
- II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no presente processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III – Judicial, nos termos da Legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS

Poderá a Administração pela inexecução total ou parcial do contrato, aplicar ao contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das preconizadas em Lei:

- a) Advertência (art. 87, Inciso I da Lei nº 8.666/93);
- b) Multa de mora de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado (Artigo 86 da Lei nº 8.666/93), aplicado sobre o preço do objeto contratado, a juízo da Administração até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o preço total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e Contratar com a Administração Municipal Direita ou Indireta, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;
- c) Declarar impedida do direito de participar em licitações e contratar com a Administração pelo período não superior a 05 (cinco) anos (art. 7º da Lei Federal 10.520/02);
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública (art. 87, Inciso IV da Lei nº 8.666/93);
- e) A aplicação de penalidades depende de procedimento administrativo, garantido à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Primeiro – Incorrerá na mesma pena prevista na subcláusula anterior a empresa que:

- a) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- b) Não manter a proposta, injustificadamente;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Falhar ou fraudar na execução da contratação.

Parágrafo Segundo - Se o preço da multa não for pago mediante recolhimento através de DARF, será automaticamente descontado do pagamento a que a **CONTRATADA** vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.



Parágrafo Terceiro – Dos atos que aplicarem as penalidades previstas nas alíneas a, b e c, desta cláusula, caberá recursos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato e, da penalidade prevista na alínea d, caberá pedido de reconsideração no prazo 5 (cinco) dias úteis, conforme disposição do art. 109, inciso I, alínea f da Lei 8.666/93, respectivamente.

Parágrafo Quarto – As multas previstas são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** não incorrerá em multa, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior ou de responsabilidade da **CÂMARA**.

Parágrafo Sexto – As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a Administração poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA COBRANÇA JUDICIAL

A cobrança judicial de quaisquer quantias devidas à **CÂMARA** e decorrentes do presente termo far-se-á pelo processo de execução fiscal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA FORÇA MAIOR

São considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega do objeto contratado decorrer:

- a) Calamidade Pública;
- b) De outros que se enquadram no Código Civil Brasileiro, devidamente comprovado por laudo pericial da **CÂMARA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS PRERROGATIVAS

A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CÂMARA** relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

- a) Modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;
- b) Extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;
- c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

A execução do contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria Geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Casimiro de Abreu com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E assim, por haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** e a **CONTRATADA**, nas pessoas de seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas relacionadas, para que produza os efeitos legais.

Casimiro de Abreu/RJ, ____ de _____ de 202__.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
_____ - Presidente

Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
RG: _____ CPF: _____

2. _____
RG: _____ CPF: _____



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO IV
CARTA DE CREDENCIAMENTO
“MODELO”

À
Comissão de Pregão
Câmara Municipal de Casimiro de Abreu

Pelo presente fica Credenciado o(a) Sr.(a) (nome, qualificação, residência), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ expedida em _____ pelo _____ e CPF nº _____, a participar do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO PRESENCIAL nº /202**, instaurando pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, a ser realizada em ____/____/____.

Na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL da empresa (Razão social)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, (endereço completo), neste ato representada por seu sócio-gerente Sr.(a)(nome, qualificação e e-mail), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ expedida em _____ pelo _____ e CPF nº _____, telefone n. () _____, a quem OUTORGA-SE à pessoa acima qualificada amplos e gerais poderes para formular ofertas e lances verbais de preços, negociar os valores propostos, receber em devolução documentos pertencentes a esta empresa, firmar declarações, assinar ata, declarar a intenção de interpor recursos e prestar esclarecimentos, receber notificações e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

Declaro, também, estar ciente de que esta empresa responderá, tanto na esfera administrativa como na judicial, por todos os atos que venham a ser praticados pelo(a) representante ora nomeado(a).

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado, e colocada fora dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços e do Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa **(razão social)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na **(endereço completo)**, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, em atenção ao disposto no art. 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/02, DECLARA, sob as penalidades da lei, que cumpre plenamente os requisitos exigidos para a **HABILITAÇÃO**, exigidos no Edital de **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu.

_____, de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada fora dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços e do Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, para fins de habilitação na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07/08/2014.

DECLARA ainda que a empresa cumpre plenamente os seguintes requisitos:

- O valor da receita bruta anual do último exercício não excedeu ao limite legal fixado para categoria de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI);
- Conhecer na íntegra, e não possuir qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate e/ou o benefício da habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista no procedimento licitatório do Pregão Presencial SRP nº ____/202__.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada fora dos Envelopes nº 01 – Proposta de Preços e do Envelope nº 02 – Habilitação.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO VII

PROPOSTA DE PREÇO

<p>CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU End.: Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ</p> <p>PROCESSO CMCA Nº 1.227/2023</p> <p>PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2023</p>	<p>IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU CARIMBO PADRONIZADO</p>		
<p>ESTA PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDA PELA EMPRESA E DEVOLVIDA NA DATA DA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO, ÀS ___H___MIN. DO DIA ___/___/202___ NO ENDEREÇO ACIMA.</p> <p>DECLARO QUE OS PREÇOS COTADOS INCLUEM TODOS OS CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LICITAÇÃO;</p> <p>O PRAZO DE EFICÁCIA DA PROPOSTA SERÁ DE 60 (SESSENTA) DIAS.</p>	<p>BANCO</p>	<p>AGÊNCIA</p>	<p>Nº C/C</p>



ANEXO VII
PROPOSTA DE PREÇO

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT. VEICULO (COLUNA D)	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	VALOR DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA PROPOSTO R\$	VALOR DA FRANQUIA DE VIDRO PROPOSTO R\$	PRÊMIO VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA L)	PRÊMIO VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ (COLUNA M = DXL)
	01	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4- 2019/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3373268. PLACA: LTR 9C75	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
	02	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 - 2019/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3372611. PLACA: LMV 8C91	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT. VEÍCULO (COLUNA D)	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	VALOR DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA PROPOSTO R\$	VALOR DA FRANQUIA DE VIDRO PROPOSTO R\$	PRÊMIO VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA L)	PRÊMIO VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ (COLUNA M = DXL)
03	FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 - 2018/2019 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3366712 PLACA: LRJ 8H84	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
04	FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4- 2015/2016 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD19713VG3289916 PLACA KWZ 8A97	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT. VEICULO (COLUNA D)	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	VALOR DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA PROPOSTO R\$	VALOR DA FRANQUIA DE VIDRO PROPOSTO R\$	PRÊMIO VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA L)	PRÊMIO VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ (COLUNA M = DXL)
05	<u>FIAT GRAND SIENA TETRAFUEL 1.4-2014/2015</u> 88/CILINDRADA 1400 – COMBUSTÍVEL TETRAFUEL, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR PRETA. CHASSI 9BD197134F3243347. PLACA LRV 6174	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
06	<u>FIAT SIENA ATTRACTIV 1.4 FLEX –2018/2019</u> 88/CILINDRADA 1638 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19713HK3367863. PLACA LMS 3136	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT. VEICULO (COLUNA D)	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	VALOR DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA PROPOSTO R\$	VALOR DA FRANQUIA DE VIDRO PROPOSTO R\$	PRÊMIO VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA L)	PRÊMIO VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ (COLUNA M = DXL)
07	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3396217. PLACA RJE 2F21	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
08	FIAT SIENA 1.4 FLEX – 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398316. PLACA RJO 3D59	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT. VEICULO (COLUNA D)	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	VALOR DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA PROPOSTO R\$	VALOR DA FRANQUIA DE VIDRO PROPOSTO R\$	PRÊMIO VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ (COLUNA L)	PRÊMIO VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ (COLUNA M = DXL)
09	FIAT SIENA 1.4 FLEX- 2021/2021 88/CV/1368 – COMBUSTÍVEL FLEX + GNV, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 9BD19710HM3398997. PLACA RJG 3F07	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
10	FIAT CRONOS DRIVE 1.3- 2022/2023 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI 8AP359AFPPU255079. PLACA RJH 9J27	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (RESUMIDA) VEÍCULO / MARCA	QUANT. VEICULO (COLUNA D)	BÔNUS	CASCO	Nº PASSAGEIROS	RCF DANOS MATERIAIS, CORPORAIS E MORAIS	APP MORTE P/ PASSAGEIRO E INVALIDEZ PERMANENTE P/PASSAGEIRO	VALOR DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA PROPOSTO R\$	VALOR DA FRANQUIA DE VIDRO PROPOSTO R\$	PRÊMIO VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$ <u>(COLUNA L)</u>	PRÊMIO VALOR TOTAL PROPOSTO R\$ (COLUNA M = DXL)
11	FIAT CRONOS DRIVE 1.3- 2022/2023 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: 8AP359AFPPU261065. PLACA RIT 9I75	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$
12	FIAT CRONOS DRIVE 1.3- 2023/2024 107/CV/1332 – COMBUSTÍVEL FLEX, 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL, AR CONDICIONADO, DIR. HIDRÁULICA, 05 PASSAGEIROS, COR BRANCO. CHASSI: (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO) PLACA: (EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO) PROCESSO CMCA Nº 1.271/2023	01	0	100% da Tabela FIPE	05	R\$ 50.000,00	R\$ 5.000,00	R\$	R\$	R\$	R\$



PREÇO TOTAL PROPOSTO DO PRÊMIO CORRESPONDENTE AOS 12 (DOZE) VEÍCULOS OFICIAIS

R\$

PREÇO GLOBAL TOTAL POR EXTENSO

DECLARAMOS INTEIRA SUBMISSÃO AOS PRECEITOS LEGAIS EM VIGOR E AOS TERMOS DESTA PROPOSTA, DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº _____/20__ E A LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

Casimiro de Abreu/RJ, ____/____/____.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Obs.1: Este Formulário deverá ser assinado pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocado dentro do Envelope nº 01 – Proposta de Preços.

Obs.2: É vedada a aceitação de PROPOSTA com preço superior NO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO DA FRANQUIA OBRIGATÓRIA, NO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO DA FRANQUIA DE VIDRO E NO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO DO PRÊMIO fixado na Planilha de Quantitativo e Preços Unitários e Totais - ANEXO II deste Edital, sob pena de Desclassificação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA CÂMARA
E ACEITAÇÃO DE TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL
“MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), telefone (____) _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que:

- a) Sob as penas do art. 299 do Código Penal, disponibilizará todos os itens do lote único, caso venha a vencer o certame, do Objeto licitado para realizar a sua execução;
- b) Atenderá a CÂMARA, no 1º (primeiro) dia útil, seguinte do recebimento da emissão do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, com todos os itens do lote único contratado, nos padrões estabelecidos no Termo de Referência do Edital e demais Anexos;
- c) Assumirá inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, comprometendo-se à realização de eventuais vistorias, averiguações e substituições do serviço caso se façam necessárias;
- d) Declara, sob pena de Desclassificação, que aceita todas as exigências/condições contidas neste Edital e seus Anexos;
- e) Que o Prazo de Validade dos Preços e condições da nossa Proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, após o encerramento do Certame e que os valores cotados/ofertados são irrecorríveis;
- f) O item do Objeto ofertado atende satisfatoriamente ao fim a que se destina, com qualidade, originalidade, novo, rendimento, segurança e especificações constantes do Edital, exigida no Anexo I, cumprindo plenamente todas as exigências editalícias, sob pena de aplicação das Penalidades Legais;
- g) Os preços ofertados já estão inclusos todos os impostos pertinentes;
- h) Os preços apresentados refletem os de mercado no momento;
- i) Compreende todas as despesas incidentes sobre o Objeto Licitado, tais como Impostos, Tarifas, Taxas, Fretes, Seguros, etc...;
- j) Declara ter ciência que uma vez apresentada a Proposta de Preços não será admitida desistência da mesma, cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas e nem dos Lances Ofertados;
- k) Declara que dos Lances Ofertados não caberá retratação;
- l) O Pagamento será creditado no Banco _____ Ag _____ C/C _____.

Por ser verdade, firmo o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 01 – Proposta de Preços.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede (**endereço completo**), telefone (____) _____, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que, sob as Penalidades previstas no referido Edital – Das Sanções Aplicáveis, que o(s) Item(ns) Cotado(s) por nós na Proposta de Preço atende Plenamente Todas as Especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência e ANEXO VII – Proposta de Preços, cumprindo, assim, todas as exigências editalícias.

Por ser verdade, firmo o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 01 – Proposta de Preços.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que:

- a) Não está suspensa temporariamente de participar de licitações ou impedida de contratar com a Administração Municipal Direta ou Indireta, nos termos do inciso III do art. 87, da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Não foi declarada impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- c) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta ou Indireta, nos termos do art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o Órgão ou Entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública e nas condições do art. 9º, incisos I, II e III da Lei Federal nº 8.666/93, com ressalvas dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal;
- d) Que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Não está impedida de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação.

Por ser verdade, firmo o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 02 – Habilitação.



Poder Legislativo

CASIMIRO DE ABREU

GABINETE DA PRESIDÊNCIA



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE MENOR EMPREGADO "MODELO"

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins de habilitação, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima).

Por ser verdade, firmamos o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 02 – Habilitação.



ANEXO XII

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

(NÃO PREENCHER)

Pelo presente instrumento, composto por duas vias de igual teor e forma, a CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU, inscrita no CNPJ sob o nº _____, através da Gerência de Transporte, sendo designado o Servidor(a) _____, SOLICITA a execução do(s) serviços (s) abaixo especificado(s), no **prazo de 01 (um) dia útil**, a contar do recebimento deste Termo, que serão executados pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada em _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF sob o nº _____.

ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO:

Item	Especificação Veículo/ Marca	Quantidade de Veículo	Preço da Franquia Obrigatória Proposta	Preço da Franquia de Vidro Proposta	Preço do Prêmio Proposto
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----
Preço Total Proposto do Prêmio					-----

As condições e obrigações decorrentes do presente Termo de Autorização de Prestação de Serviços, especialmente em relação às obrigações das partes, forma de execução, prazo de execução, acompanhamento e fiscalização, condições de pagamento, sanções, valores das multas e casos de rescisão, obedecerão ao disposto no Edital do Pregão Presencial nº ____/202__ e seus Anexos.

Empresa _____ DECLARO para os devidos fins que recebi uma cópia da Nota de Empenho nº ____/202__, emitida em favor de minha empresa em ____/____/202__ e Contrato CMCA nº ____/202__, decorrente da Adjudicação e Homologação do resultado do Pregão Presencial nº ____/202__, bem como uma via do presente Termo, cujos termos concordo plenamente, dando-lhe o devido cumprimento.

Casimiro de Abreu, _____ de _____ de 202__.

Assinatura do Servidor designado
Matrícula

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO XIII

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE VÍNCULO COM O SERVIÇO PÚBLICO “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__

A Empresa **(razão social)**, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na **(endereço completo)**, vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penalidades da lei, que não possui em seu quadro de pessoal, servidores, empregados públicos ou dirigentes do Município de Casimiro de Abreu/RJ, ou que tenha sido, nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ocupantes de cargo, emprego ou função no Município de Casimiro de Abreu, que tenha tomado parte na elaboração do projeto como autor ou colaborador, conforme artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

Declaro, ainda, nos termos do artigo 98 da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu, que a empresa não possui em seu quadro pessoas ligadas ao Prefeito e seus auxiliares diretos, Vice-Prefeito, Presidente da Câmara e Vereadores por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como esta situação não se persiste nos últimos 180 (cento e oitenta) dias depois de findas as respectivas funções.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada dentro do Envelope nº 02 – Habilitação.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO XIV

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA “MODELO”

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, (**e-mail**) _____, DECLARA formalmente, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu **vistoriou os Veículos Oficiais**, e tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do Serviço do Objeto Licitado, assim como das necessidades para sua execução.

Por ser verdade, firmamos a presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 02 – Habilitação, caso tenha optado em realizar a devida vistoria.



GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ANEXO XV

**DECLARAÇÃO FORMAL PELA OPÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA
TÉCNICA
“MODELO”**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL nº ____/202__.

A Empresa (**razão social**), inscrita no CNPJ sob o nº _____ com sede na (**endereço completo**), vem, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, (**e-mail**) _____, DECLARA para os devidos fins, sob as penas da lei, na licitação modalidade **Pregão Presencial nº ____/202__**, promovida pela Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, **NÃO** vistoriei os Veículos Oficiais, para efeito de conhecimento do objeto licitado, assumindo assim que **CONCORDO** com todas as condições estabelecidas no Termo de Referência do presente Edital, e que, ainda assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de minha omissão na verificação das condições de execução do objeto.

Por ser verdade, firmamos o presente para que surta os devidos efeitos legais.

_____, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
(Carimbo do CNPJ da Empresa)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo(s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado e colocada no Envelope nº 02 – Habilitação.

Obs.: Preenchimento obrigatório se não for realizada a Vistoria Técnica.